Mecanismo Independente de Consulta e Investigação

Relatório Anual 2013

Queremos ouvir sua Voz

O Desenvolvimento Sustentável
Merece Nossa Atenção

MICI
Mecanismo Independente de Consulta e Investigação

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação

Relatório Anual de 2013

Queremos ouvir a sua voz

O desenvolvimento sustentável merece a nossa atenção

A versão para publicação estará disponível no website em breve: www.iadb.org/mici

Índice

1 Sinopse de três anos de gestão de casos 2
2 Aspectos destacados de 2013 4
3 A carteira de solicitações do MICI em 2013 7
4 Carteira de casos gerenciados em 2013 11
5 Extensão e capacitação 37
6 Orçamento do MICI em 2013 40
Anexo 1. Estatísticas 2010 – 2013 41
Anexo 2. Solicitações recebidas no período 2010 -2013 em ordem cronológica de recebimento 48

1 Sinopse de três anos de gestão de casos

No fim de 2013 o Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI) encerrou o período-piloto estabelecido em sua Política aprovada pela Diretoria Executiva em fevereiro de 2010 após uma gestão de 40 meses desde sua entrada em vigor em setembro desse mesmo ano.

Em matéria de gestão de solicitações, de janeiro de 2010 a dezembro de 2013 o MICI recebeu um total de 76 Solicitações, das quais 24 foram registradas. As Solicitações provieram de nove países diversos e 37% delas foram apresentadas por indivíduos como Solicitantes únicos.

Até esta data 14 processos foram encerrados e na carteira do Mecanismo permanecem 10 Solicitações em gestão em uma ou outra fase. Nesse período o MICI conseguiu que as Partes envolvidas chegassem a um acordo em cinco dos casos na Fase de Consulta e o Painel concluiu a etapa de investigação e publicou os relatórios pertinentes a dois casos na Fase de Verificação da Observância.

No conjunto de solicitações registradas no período 2010-2013, 66% das inquietações manifestadas propõem igualmente temas relacionados a impactos negativos ao meio ambiente e suas repercussões em disponibilidade de recursos naturais, tais como água e alimentos, bem como efeitos sobre as condições econômicas e sociais da população. Como elemento comum a praticamente todas as solicitações encontramos a incerteza que nas comunidades gera saber por terceiros – em geral a mídia – da existência de um projeto vizinho a seu domicílio e carecer de informação exata sobre o impacto que o mesmo possa ter sobre sua forma de vida e a de suas famílias. Esta incerteza aumenta quando operações de grande envergadura incluem componentes de reassentamento involuntário, impactos negativos sobre o meio ambiente e mudanças potenciais na situação econômica e social das pessoas.

O 63% das solicitações registradas provêm de países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) seguido de 21% de países da região centro-americana e México; e 79% referem-se a operações com garantia soberana e 21% a operações sem garantia soberana.

De modo geral, a distribuição regional obedece a uma sociedade civil mais organizada nos países de referência, bem como às características da carteira de operações do Banco, em termos de dimensão e setor.

Não é de surpreender encontrar que 75% das Solicitações se referem a projetos de infraestrutura nas áreas de transporte, energia, água e desenvolvimento urbano; com 46% desses projetos classificados na categoria A em termos de seu impacto ambiental e social.

No tocante às Políticas Operacionais Pertinentes, as Solicitações tendem a concentrar-se em temas vinculados à política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703), mencionada direta ou indiretamente em 63% das Solicitações com ênfase especial no processo de consulta pública. Neste sentido, cumpre mencionar de modo

particular que os Solicitantes consistentemente encontram deficiências na qualidade das informações divulgadas, bem como nos mecanismos e veículos utilizados.

Como parte das ações estabelecidas na Política no período-piloto, o MICI foi avaliado e os resultados dessa avaliação determinaram a necessidade de fazer uma revisão tanto da estrutura organizacional como do processo de gestão. Essa revisão foi iniciada em 2013 e espera-se que produza um mecanismo mais sólido, ágil e com maior capacidade de resposta.

É importante destacar que a equipe do MICI tem procurado paralelamente à revisão atender às recomendações da avaliação implementando mudanças em matéria de eficiência, transparência, acesso e certeza de seus processos.

No fim de 2013, a equipe do MICI, atualmente constituída por 12 profissionais e complementada por peritos locais, tem como objetivo assegurar que a ação do Mecanismo complemente a operação do Banco e ajude a geração de resultados positivos de desenvolvimento na Região.

2 Aspectos destacados de 2013

A operação do Mecanismo Independente de Consulta e Investigação em 2013 foi determinada por uma combinação de decisões tomadas pela Diretoria Executiva como resultado das constatações da avaliação realizada em 2012 e no fim do período-piloto do mesmo Mecanismo, destacando-se o seguinte:

- Decisão da Diretoria Executiva de iniciar o processo de revisão da estrutura e política do MICI, incluindo a implementação da primeira fase da consulta pública
- Processo de rotatividade na liderança das Fases de Consulta e Verificação da Observância
- Início do esquema de operação transitório do Mecanismo, e
- Ampliação do mandato do Mecanismo.

No início de 2013, a Diretoria Executiva deliberou sobre as constatações e conclusões constantes do Relatório de Avaliação publicado pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) sobre a operação do MICI e determinou a necessidade de levar a cabo uma revisão da estrutura de governança e da política do Mecanismo a fim de assegurar um mecanismo fortalecido, eficaz e eficiente nos próximos anos. Após um processo de busca, em maio de 2013 foi contratada uma perita independente para fazer essa revisão e, após um processo de consulta pública, submeter à consideração da Diretoria uma proposta de estrutura e política que levasse em conta as fragilidades observadas durante a avaliação, mantendo os pontos fortes da política vigente. No fim de 2013, a Diretoria estava em processo de revisão da primeira versão preliminar e espera-se que o Mecanismo adote em 2014 o novo esquema de operação.

Ora, como parte do acima exposto, teve início a primeira fase do processo de consulta pública mediante o qual foi recebido opinião dos Solicitantes, Administração, Diretoria Executiva, organizações contrapartes e peritos no tocante à Política vigente e à operação até esta data. A primeira etapa foi realizada de 2 de agosto a 15 de novembro de 2013. Nesse período foram também organizadas duas sessões presenciais, uma em Washington, D.C. e outra em Cali, Colômbia, bem como uma série de videoconferências.

O ano de 2013 também assinalou um marco importante determinado por sua Política vigente: o fim de um ciclo de gestão e a primeira rotação sob o Mecanismo atual. Em agosto de 2013 terminou a gestão da primeira Ombudsperson de Projetos e em outubro a do primeiro Presidente do Painel de Verificação da Observância. A ambos coube o processo de iniciar o novo Mecanismo e enfrentar os desafios de uma nova operação. O Mecanismo agradece a Senhora Isabel Lavadenz e o Senhor Werner Kiene por suas contribuições a esta etapa fundacional.

Além disso, como parte do processo fundacional, outro dos membros do Painel, o Senhor Gilberto Amaya, concluiu seu período no Painel tendo formado parte das equipes de verificação de dois dos casos investigados durante seu período de gestão. O Mecanismo agradece suas contribuições e sua perícia.

Como resultado da rotação e em conformidade com a referida Política vigente, em maio de 2013 o Painel de Verificação da Observância informou a Diretoria Executiva a respeito da seleção da nova Presidente do Painel de Verificação da Observância: a Senhora Mary Rose Brusewitz, membro do Painel de Verificação da Observância desde 2010. A Senhora Brusewitz é advogada de nacionalidade estadunidense com uma longa trajetória em reestruturação financeira de projetos, reformas regulatórias e microfinanças. É também Professora Associada da Clínica Internacional de Transações da Faculdade de Direito da Universidade de Michigan e membro da Diretoria do Clube de Microfinanças de Nova York.

Em 2013 estava previsto o recrutamento para substituir a Ombudsperson de Projetos e os dois membros cessantes do Painel. No entanto, como o processo de revisão da estrutura e da política já tinha sido iniciado, a Diretoria Executiva considerou mais acertado adiar os recrutamentos até a aprovação da nova estrutura de governança e a definição de um esquema transitório que permitisse ao Mecanismo continuar a operar sem interrupção. Ante o exposto, em 10 de julho de 2013 a Diretoria Executiva aprovou o seguinte esquema de operação:

Supervisão da Fase de Consulta. Na ausência da Ombudsperson de Projetos, a supervisão desta Fase estará a cargo da Secretária Executiva.

Determinação de admissibilidade de novas solicitações e gestão de casos na Fase de Consulta. A determinação de admissibilidade será feita por um Comité de Admissibilidade constituída pela Secretária Executiva e dois oficiais de caso da equipe da Fase de Consulta. Esta equipe gerirá também os casos ativos com apoio de consultores locais.

Composição do Painel de Verificação da Observância. Com a saída de dois de seus membros, o Painel de Verificação da Observância foi reduzido de 5 a 3 membros, contando estes com o apoio de dois oficiais de caso em tempo integral.

Este esquema provisório será mantido até a entrada em vigor da nova estrutura e da política revisada.

Finalmente, a partir de 9 de setembro de 2013, ao finalizar o período-piloto de operação e em conformidade com o parágrafo 26 da Política vigente, o mandato do Mecanismo foi ampliado de unicamente considerar as políticas de Acesso à Informação (OP-102); Gestão do Risco de Desastres (OP-704); Igualdade de Gênero no Desenvolvimento (OP-761); Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703); Povos Indígenas (OP-765); e Reassentamento Involuntário (OP-710) a todas as Políticas Operacionais Pertinentes em vigor, bem como às relativas à observância do cumprimento das obrigações de um Mutuário ou Receptor em conformidade com essas políticas. Além disso, continuam sendo parte do mandato do MICI outras políticas operacionais do Banco aprovadas pela Diretoria e relacionadas à formulação, avaliação, análise e/ou execução de Operações Financiadas pelo Banco, bem como as relacionadas à imposição do cumprimento das obrigações de um Mutuário ou Receptor exigidas por essas políticas.

Neste ambiente de mudança, o MICI continuou em 2013 a sua operação recorrente de gestão de solicitações sob a Política em vigor, bem como em matéria de divulgação e fortalecimento institucional. Nas seções seguintes figuram informações detalhadas sobre essas ações e seus resultados.

3 A carteira de solicitações do MICI em 2013

A carteira de Solicitações do MICI durante o ano foi constituída por 10 Solicitações transferidas de anos anteriores e 22 novas Solicitações recebidas em 2013, perfazendo um total de 32 Solicitações negociadas no ano.

No fim de 2013, a carteira encerrou com: duas Solicitações em recebimento; quatro Solicitações em gestão na Fase de Consulta; e quatro Solicitações em gestão na Fase de Verificação da Observância, perfazendo um total de 10 Solicitações a serem transferidas para a carteira de 2014.

De modo geral, a carteira 2013 destaca-se principalmente pelas preocupações dos Solicitantes a respeito do desenvolvimento de projetos de infraestrutura em que consideram que as ações de prestação de informações e consulta à população são limitadas em conteúdo e seletivas em sua inclusão. Ante isso, suas preocupações aumentam no tocante ao impacto que esses projetos possam ter em sua situação econômica, social e de saúde. Como pode ser esperado, o número de Solicitações é maior para operações nos setores de transporte, água e saneamento e eletricidade que incluem atividades de reassentamento involuntário, desapropriação de terras e impactos sobre a fauna e a flora da zona em questão.

Recebimento

De janeiro a dezembro de 2013 o MICI recebeu um total de 22 novas Solicitações: duas delas registradas e transferidas à Fase de Consulta e duas pendentes de registro e transferência no fim do ano. A Tabela 1 indica o processamento dessas Solicitações e o Anexo 2 lista todas as Solicitações recebidas em ordem cronológica com detalhes de cada uma para maior referência.

Tabela 1. Gestão de solicitações recebidas em 2013

Ingresso	
22 **solicitações recebidas**	**4 foram** registradas: **2** transferidas à Fase de Consulta para a determinação de admissibilidade **2** em processo de serem registradas **18** não foram registradas: **9** foram transferidas a outras unidades do BID (OII, Ética, Aquisições) **3** não estavam vinculadas a uma operação financiada pelo Banco (exclusões 37b e 37c) **3** solicitavam informação **3** careciam de informações suficientes para seu registro ou não informavam sobre nenhum contato com a Administração

Fase de Consulta

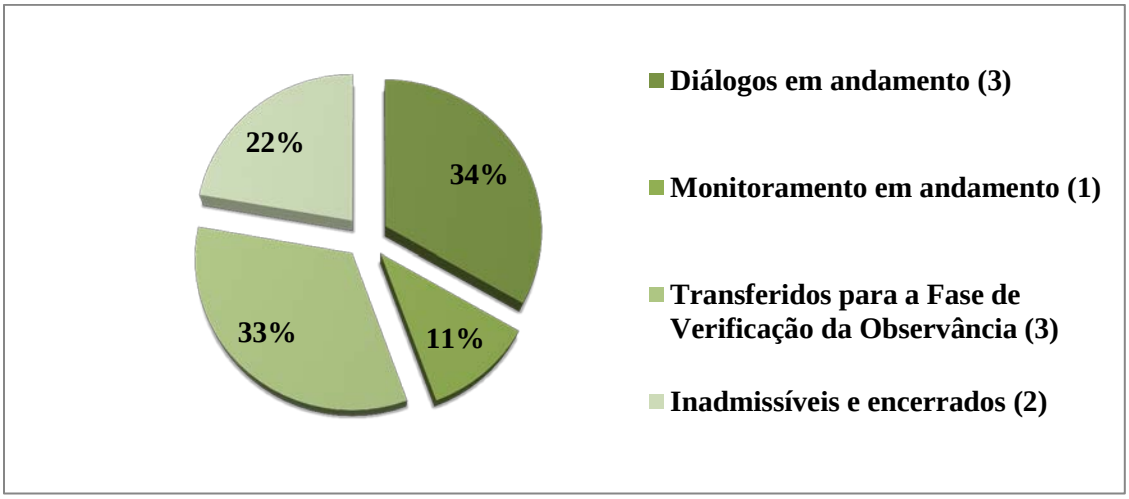
Na Fase de Consulta foram gerenciadas seis Solicitações transferidas de anos anteriores e três novas solicitações declaradas inadmissíveis conforme consta da Tabela 2 e do Gráfico 1.

Tabela 2. Gestão de solicitações e casos para a Fase de Consulta nos 2013

Fase de Consulta	
9 **Solicitações gerenciadas pela Fase de Consulta**	**1** acordo em etapa de monitoramento **AR-MICI001-2010**
	3 diálogos em processo **BR-MICI004-2011** **BR-MICI006-2011** **CO-MICI002-2011**
	2 transferidas à Fase de Verificação da Observância a pedido dos solicitantes **BO-MICI001-2011** **CO-MICI001-2011**
	3 declaradas inelegíveis para a Fase de Consulta **ME-MICI002-2012 –** transferida à Fase de Verificação de Observância **MICI-AR-2013-070 –** encerrada **MICI-SU-2013-069 –** encerrada

Na seção 4 figuram detalhes das Solicitações acima listadas, a gestão realizada para cada uma delas e sua situação no fim de 2013. Além disso, no Registro Público (www.iadb.org/mici) pode-se fazer acompanhamento pontual e ter acesso aos documentos públicos disponíveis na data.

Gráfico 1. Situação do volume de trabalho de casos na Fase de Consulta no final de 2013



Fonte: Estatísticas do MICI

Fase de Verificação da Observância

Em 2013 o Painel de Verificação da Observância gerenciou nove casos como consta da Tabela 3 e do Gráfico 2: seis transferidos de anos anteriores e três novos casos transferidos da Fase de Consulta. No fim de 2013 quatro destes casos continuam ativos, um foi declarado inadmissível com o que se concluiu sua gestão e mais outros quatro foram encerrados.

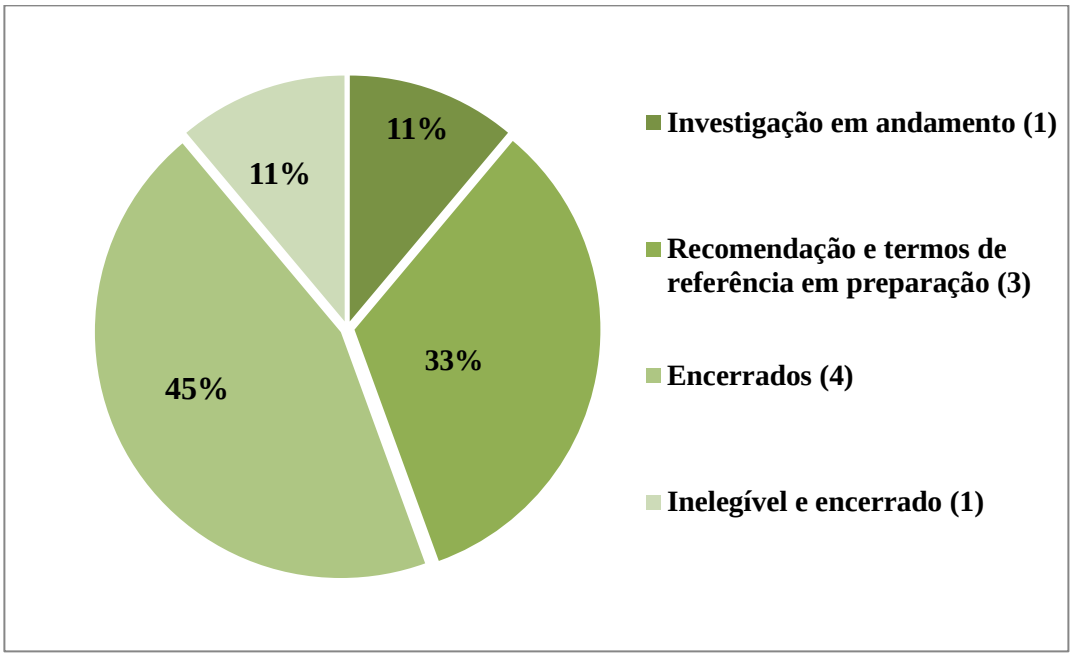
Tabela 3. Gestão de solicitações e casos para a Fase de Verificação da Observância em 2013

Fase de Verificação da Observância	
9 **Solicitações gerenciadas pela Fase de Verificação da Observância**	**1** em processo de investigação **PN-MICI002-2011**
	2 declaradas admissíveis e em processo de preparação de recomendações de Verificação da Observância e respectivos termos de referência **BO-MICI001-2011** **ME-MICI002-2012**
	1 está em processo de revisão da recomendação e termos de referência **BR-MICI001-2010**
	1 foi declarada inadmissível e encerrada **CO-MICI001-2011**
	2 investigações terminaram com um Relatório de Verificação da Observância e encerradas **PN-MICI001-2010** **PR-MICI002-2010**
	2 foram encerradas porque a Diretoria Executiva não autorizou a realização de uma Verificação da Observância **BR-MICI003-2011/BR-MICI005-2011**[1]

Na Seção 4 figuram detalhes das Solicitações acima listadas, a gestão levada a cabo para cada uma delas e a situação no fim de 2013. Além disso, no Registro Público (www.iadb.org/mici) pode-se fazer acompanhamento pontual e ter acesso aos documentos públicos disponíveis até esta data.

[1] As Solicitações BR-MICI003-2011 e BR-MICI005-2011 referiam-se ambas as ao Projeto Mário Covas Rodoanel Trecho Norte (BR-L1296) e após serem declaradas inadmissíveis para a Fase de Verificação da Observância, o Presidente do Painel determinou que seriam gerenciadas e apresentadas para consideração de uma Verificação da Observância em forma conjunta.

Gráfico 2. Situação do volume de trabalho de casos na Fase de Verificação da Observância no fim de 2013



Fonte: Estatísticas do MICI

Cumpre destacar que, a partir de outubro de 2013, o Painel de Verificação da Observância foi constituído por três peritos, a saber, Dra. Mary Rose Brusewitz, Presidente do Painel, e os Drs. Korina Horta e Mário Epstein. Segundo estabelece a Política do MICI, os três peritos participam em cada um dos casos na carteira da Fase de Verificação da Observância.

4 Carteira de casos gerenciados em 2013

Casos abertos

No fim de 2013 estavam abertos oito casos: quatro na Fase de Consulta e quatro na Fase de Verificação. Figura, a seguir, o detalhe de cada caso aberto cuja gestão continuará em 2014.[2]

1. Infraestrutura de Desenvolvimento Multifásico: Apoio à Produção de Entre Rios (AR-L1036)

Categoria Ambiental: B
País: Argentina
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público AR-MICI001-2010
Situação atual: Aberto
Fase: Consulta

O projeto. O Programa Infraestrutura de Desenvolvimento Multifásico de Apoio à Produção de Entre Rios é uma operação de empréstimo com garantia soberana em um montante US$100 milhões cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento da infraestrutura básica em apoio do setor de produção na província de Entre Rios, Argentina. A primeira fase do programa enfoca nos componentes de transporte e eletricidade para aumentar a interconectividade regional e assegurar a disponibilidade de energia elétrica nas áreas de expansão agroindustrial. Está prevista neste componente a construção da subestação elétrica "Grande Paraná" de 500-132 kw a que se refere a Solicitação recebida em junho de 2010.

A solicitação. A família Folonier, representada pelo Senhor Pablo Folonier, apresentou uma solicitação aduzindo danos ambientais e sociais potenciais decorrentes da construção e operação da planta de transmissão elétrica incluindo: (i) falta do devido processo no momento da desapropriação da propriedade agrícola da família como local selecionado para a construção da planta; (ii) falta de medidas de proteção e/ou mitigação das áreas circundantes da propriedade que formava parte de uma zona ribeirinha de montes e colinas declaradas área de valor e interesse para a cidade do Paraná; (iii) afetação econômica para o Solicitante e outros vizinhos perante os impactos sobre a agricultura local que a localização da planta poderá implicar; e (iv) falta de acesso às informações sobre o projeto e seus alcances.

O processo MICI. A Solicitação foi declarada admissível para a Fase de Consulta em outubro de 2010 e, mediante a avaliação, determinou-se que um processo de diálogo poderia ajudar a atender às preocupações dos Solicitantes.

[2] Além dos oito casos abertos, serão transferidas para 2014 duas Solicitações que no fim de 2013 estavam em processo de registro.

O processo de diálogo transcorreu de março de 2011 a dezembro de 2012, culminando com um acordo assinado entre os Solicitantes, a Agência Executora e Autoridades Municipais e Estaduais cujo cumprimento está sendo monitorado pelo Mecanismo.

Como partes dos acordos foram incluídas: medidas de redução do impacto visual da estação de transmissão; melhoria das condições de infraestrutura do bairro de El Brete relacionadas com a provisão de energia trifásica; iluminação pública; rede viária e provisão de água potável; instalação de um centro de saúde; criação de uma área natural protegida privada na zona próxima a estação transformadora; desenvolvimento e implementação de um Plano de Participação do Cidadão; e desistência de ações judiciais.

Em 2013 teve início a etapa de monitoramento do cumprimento dos acordos cujo cronograma depende dos avanços na construção da subestação. No Registro Público do caso pode-se ter acesso à documentação do processo e ao relatório de monitoramento disponível (www.iadb.org/mici)

Cronologia – AR-MICI001-2010

Fase de Consulta

2. Programa de Melhoria da Seção Santa Bárbara-Rurrenabaque do Corredor Norte (BO-L1011)

Categoria Ambiental: B
País: Bolívia
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público BO-MICI001-2011
Situação atual: Aberto
Fase: Verificação da Observância

O projeto. O Programa é um empréstimo de investimento com garantia soberana cujo objetivo é facilitar a integração nacional, especialmente entre os Departamentos do Beni e La Paz, facilitando o acesso a Rurrenabaque. O projeto faz parte de um programa mais amplo denominado Corredor Norte, o qual visa a unir La Paz a Guaiaramerín na fronteira com o Brasil e iniciar o circuito La Paz-Trinidad-Santa Cruz-La Paz como parte do eixo de integração Peru-Brasil-Bolívia.

A solicitação. Em fevereiro de 2011 o Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo (FOBOMADE) apresentou uma Solicitação em nome de diferentes grupos de cidadãos bolivianos sobre os planos de construção de uma ponte entre Rurrenabaque (departamento do Beni) e San Buenaventura (departamento de La Paz). A Solicitação menciona que a construção da ponte no local previsto e especialmente suas vias de acesso poderiam ocasionar um considerável impacto ambiental e social negativo para as populações de ambos os departamentos. Além disso, indica que a maneira como o organismo executor, a Administradora Boliviana de Carreteras (ABC), gestionou as informações e realizou as consultas públicas foi inadequada por não incluir análise de alternativas.

O processo MICI. Em abril de 2011, a Solicitação foi declarada admissível para a Fase de Consulta e após a avaliação teve início um processo de diálogo que, em abril de 2013, foi concluído pela Ombudsperson de Projetos, uma vez que o Governo da Bolívia informou o Banco sobre sua decisão de financiar a construção da ponte com fundos locais, após o que procedeu a reembolsar o montante desembolsado até aquela data pelo Banco.

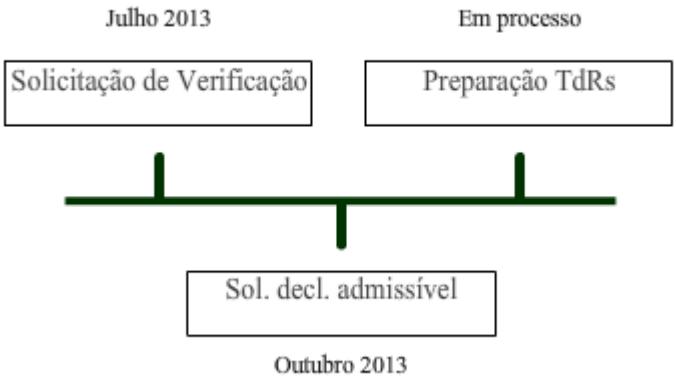
Em julho de 2013, a Solicitação foi transferida para a Fase de Verificação da Observância a pedido dos Solicitantes, sendo declarada admissível pela Presidente do Painel em outubro de 2013. Atualmente, o Painel está em processo de preparar a recomendação e os termos de referência para submeter à consideração da Diretoria Executiva.

Cronologia – BO-MICI001-2011

Fase de Consulta

`

Fase de Verificação da Observância



3. Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica (BR-L1241)

Categoria Ambiental: A
País: Brasil
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público BR-MICI001-2010
Situação atual: Aberto
Fase: Verificação da Observância

O projeto. O programa, uma operação de empréstimos com garantia soberana no montante de US$ 162,5 milhões, tem por objetivo promover a conservação, uso sustentável e recuperação socioambiental da Serra do Mar, do território Jureia-Itatins e das Unidades de Conservação Marinhas (UC) e seus arredores no Estado de São Paulo. Especificamente o Programa visa ao seguinte: (i) melhorar a proteção das UC beneficiárias, recuperando as áreas degradadas pela ocupação ilegal e por outros fatores associados, incluindo o estabelecimento de um jardim botânico, bem como melhorar as capacidades de gestão dessas unidades; (ii) reduzir o impacto das populações situadas no interior e nos arredores do Parque Estadual Serra do Mar, relocalizando as populações assentadas nas áreas de maior impacto para zonas selecionadas de comum acordo com as populações reassentadas, melhorando os serviços urbanos das áreas que podem ser consolidadas e readequando os limites do Parque onde necessário; e (iii) melhorar o sistema de monitoramento e fiscalização das UC.

A solicitação. A solicitação apresentada originalmente em maio de 2010 ao antigo Mecanismo Independente de Investigação incluía observações e reivindicações referentes à substituição do sistema de proteção ambiental vigente na zona do projeto por um "enfoque de mosaico", mediante o qual são protegidas unidades especiais de conservação e delimitadas em vez de uma grande zona de conservação contígua. O Solicitante considerava com especial inquietação a criação proposta dessas unidades especiais, os temas de reassentamento involuntário e as modificações ao regime de conservação da Estação Ecológica Jureia-Itatins.

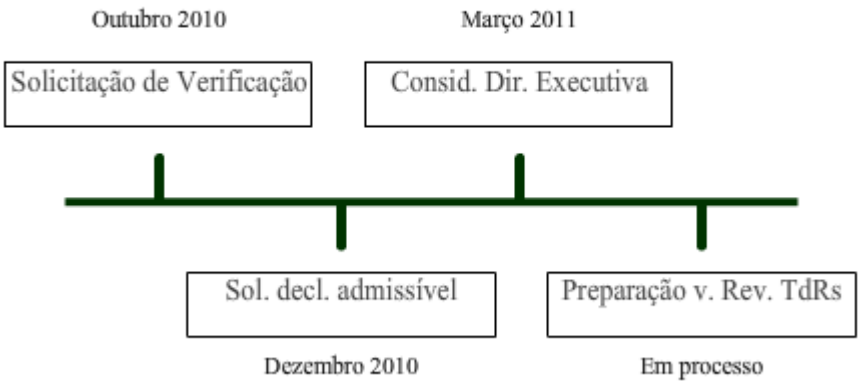
O processo do MICI. Em outubro de 2010, a solicitação foi declarada inadmissível para a Fase de Consulta e posteriormente transferida para a Fase de Verificação da Observância a pedido do solicitante onde foi declarada admissível em dezembro desse mesmo ano. Em 2011, foi apresentada uma primeira recomendação de verificação da observância para a consideração da Diretoria Executiva, a qual fez uma série de recomendações de reajuste ao Painel sobre o alcance da investigação e solicitou mais informações a respeito da presença de ações legais vinculadas.

No primeiro trimestre de 2013, o Painel enviou uma versão revisada da Recomendação para uma Verificação da Observância e seus termos de referência à Administração e aos Solicitantes para comentários. Em abril de 2013 a denominada "Lei Mosaico" foi aprovada em São Paulo, Brasil, o que levou o Painel a atualizar o enfoque de análise da Solicitação, bem como os termos de referência pertinentes.

Cronologia – BR-MICI001-2010

Fase de Consulta

Fase de Verificação da Observância



4. Programa de Melhoria de Bairros *Habitar Brasil* (BR–0273)

Categoria Ambiental: Não disponível
País: Brasil
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público BR-MICI004-2011
Situação atual: Aberto
Fase: Consulta

O projeto. Trata-se de um financiamento no montante de US$ 250 milhões para apoiar um programa a ser executado pela Prefeitura de São José dos Campos cujo objetivo era melhorar a qualidade de vida de famílias de escassos recursos de áreas metropolitanas mediante projetos integrados de melhoria de bairros, incluindo saneamento, educação, saúde, coleta de resíduos sólidos e melhorias ao meio ambiente.

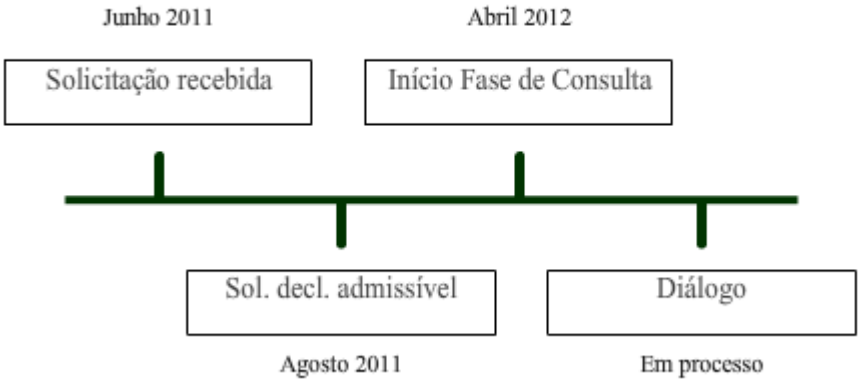
A solicitação. A solicitação apresentada em junho de 2011 pela Central de Movimentos Populares em nome de 32 famílias ex-moradores da favela de Vila Nova Tatetuba em São José dos Campos menciona a rejeição, por parte dessas famílias, do reassentamento realizado no âmbito do Programa Habitar devido aos impactos econômicos e sociais negativos que a nova localização teria sobre suas condições de vida. Após a demolição de suas moradias e sua rejeição a serem reassentadas, as famílias não receberam compensação econômica e viram-se obrigadas a serem localizadas em um depósito ferroviário abandonado onde vivem desde janeiro de 2004 de forma improvisada e precária. Além disso, no processo de remoção as famílias sofreram a perda de mobília pelo qual exigem ressarcimento econômico.

O processo MICI. A Solicitação foi declarada admissível para a Fase de Consulta em agosto de 2011 e após a avaliação teve início um processo de diálogo em que as Partes assinalaram como objetivo analisar alternativas habitacionais para as famílias que atualmente residem no galpão ferroviário e o pagamento das indenizações pela perda de sua mobília. No fim de dezembro de 2013, a Prefeitura tinha pagado as indenizações e confirmado a viabilidade de utilizar uma área no perímetro demarcado como aceitável pelas famílias afetadas e assegurando a disponibilidade orçamentária para a construção das moradias.

Atualmente está pendente um acordo entre as Partes sobre a tipologia das moradias, bem como cronograma de construção e entrega das mesmas.

Cronologia – BR-MICI004-2011

Fase de Consulta



5. Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos (BR-L1160)

Categoria Ambiental: B
País: Brasil
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público BR-MICI006-2011
Situação atual: Aberto
Fase: Consulta

O projeto. O programa, uma operação com garantia soberana no montante de US$ 161,9 milhões, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do Município de São José dos Campos, visando a conseguir um maior equilíbrio nos aspectos econômicos, ambientais e sociais mediante a melhoria e consolidação da estrutura física e da gestão urbana do município. O Programa está estruturado em três componentes: (i) melhorias urbano-ambientais; (ii) melhorias da mobilidade urbana; e (iii) fortalecimento institucional. Em seu primeiro componente, o programa inclui a relocalização de famílias que ocupam áreas de preservação ambiental e vivem em situação de risco, bem como a regularização urbanística e legal de lotes irregulares.

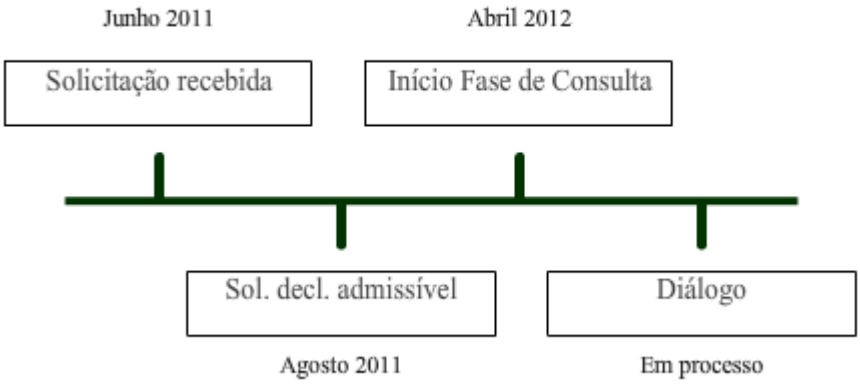
A solicitação. Em junho de 2011, a Central de Movimentos Populares de São José dos Campos apresentou uma solicitação em representação de algumas das famílias residentes na comunidade do Jardim Nova Esperança (também conhecida como o Banhado), mediante a qual afirmam que alguns componentes do Programa, em particular os relacionados com o reassentamento das famílias e a construção de uma via perto de onde atualmente reside a comunidade, teriam potenciais efeitos socioambientais negativos. Além disso, alegam não terem sido devidamente informados sobre o projeto e as condições do reassentamento involuntário.

O processo MICI. A solicitação foi declarada admissível para a Fase de Consulta em agosto de 2011 e a avaliação determinou que um processo de consulta poderia ajudar a reestabelecer as relações entre os moradores do Jardim Nova Esperança e as autoridades municipais. Em 2013 foram realizadas várias reuniões entre as Partes e,

com a ajuda de outros Atores da Prefeitura, líderes dos Movimentos Sociais e Defensoria Pública, decidiu-se no fim de 2013 a realização do levantamento socioeconômico. Nesse processo, a Prefeitura, a Defensoria Pública e os Solicitantes trabalharam no questionário para o levantamento de dados e acordaram a data de realização do mesmo, prevista para os primeiros dias de janeiro de 2014.

Cronologia – BR-MICI006-2011

Fase de Consulta



6. Aeroporto Internacional El Dorado (CO-L1029)

Categoria Ambiental: B
País: Colômbia
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público CO-MICI002-2011
Situação atual: Aberto
Fase: Consulta

O projeto. O projeto é uma operação de empréstimo sem garantia soberana à Sociedad Concesionaria Operadora Aeroportuaria Internacional, S.A. (OPAIN) no montante de US$ 165 milhões destinados à modernização e expansão do aeroporto El Dorado de Bogotá, Colômbia. O investimento inclui a construção de um novo terminal de passageiros internacionais, nacionais e regionais, uma nova infraestrutura de carga e um novo edifício administrativo para a Aeronáutica Civil da Colômbia. Além disso, inclui a construção da nova torre de controle, uma nova estação de bombeiros e a expansão da área de estacionamento de aeronaves. As obras têm como objetivo ampliar a capacidade e agilizar as operações do aeroporto, reduzindo demoras, consumo de combustível e custos de manutenção. Além disso, espera-se melhorar os serviços para passageiros, companhias aéreas e clientes de transporte de carga, bem como reforçar os níveis de segurança.

A solicitação. A solicitação da organização Comunidades Unidas Macroproyecto Aeropuerto El Dorado, em nome de alguns residentes da Localidad Novena de Fontibón, foi recebida em agosto de 2011 e nela menciona-se uma série de preocupações específicas da comunidade referentes ao indicado pelo Estudo de

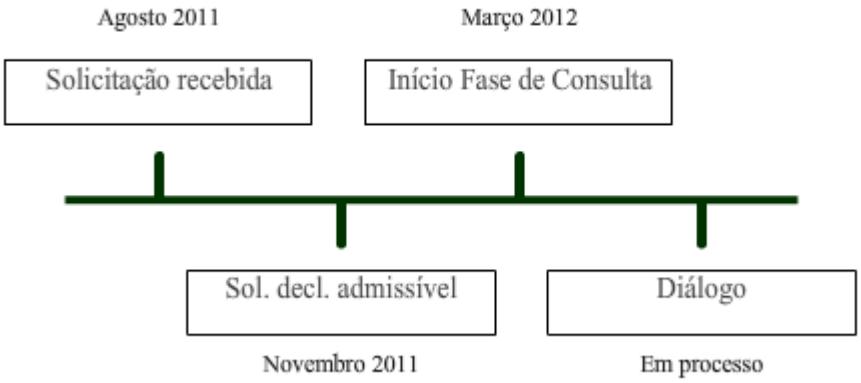
Impacto Ambiental referente à gestão de resíduos perigosos, poluição da água, altos níveis de ruído e gestão da OPAIN com a comunidade. De modo geral, a Solicitação mencionava a falta de informações e de resposta às suas preocupações.

O processo MICI. A Solicitação foi declarada admissível para a Fase de Consulta em novembro de 2011. Na avaliação foram esclarecidos os temas apresentados na solicitação e as responsabilidades do organismo executor, Operadora Aeroportuaria Internacional (OPAIN) e da Unidade Administrativa Especial de Aeronáutica Civil (Aerocivil) sobre cada uma das inquietações. Determinou-se também que havia condições favoráveis para iniciar o processo de diálogo. O diálogo foi realizado em 2013 com quatro eixos temáticos e se conseguiu – com o apoio de peritos técnicos em matéria ambiental, social e hídrica – que as Partes expusessem suas preocupações e intercambiassem informações concretas e precisas sobre os temas. Até esta data conseguiu-se concluir os temas dos eixos gestão de águas e gestão de materiais e mercadorias e começou-se a trabalhar no eixo relativo à geração de ruído. Dada a importância do tema para as comunidades e o fato de que essa problemática excede o alcance do diálogo do MICI, as comunidades participantes acordaram com a Aerocivil o desenvolvimento de um Plano-Piloto de Operações Especiais (PPOE) que incluísse um espectro mais extenso de atores e que servisse de base para o desenvolvimento futuro da estrutura de convivência perdurável no tempo no tocante ao ruído.

Paralelamente, contou-se com uma perita em matéria de gestão e redução de impactos ambientais e comunicação com comunidades no setor aeroportuário, a fim de contribuir com sua experiência ao processo do Plano-Piloto e também servir como insumo para o diálogo sobre o último tema pendente a ser tratado na Fase de Consulta, a saber, gestão social e participação comunitária, a ser iniciado no primeiro trimestre de 2014.

Cronologia – CO-MICI002-2011

Fase de Consulta



7. Projeto Eólico Mareña Renovables (ME-L1107)

Categoria Ambiental: A
País: México
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público ME-MICI002-2012
Situação atual: Aberto
Fase: Verificação da Observância

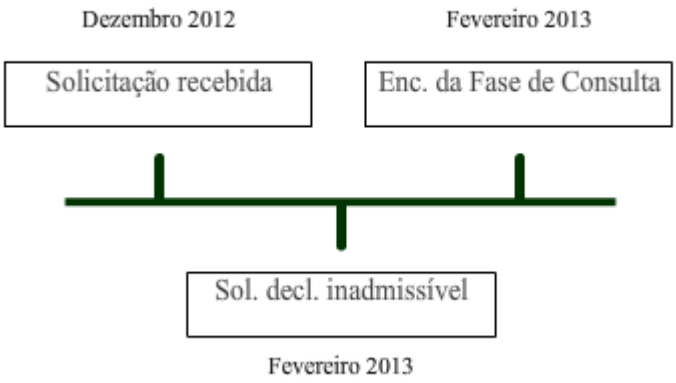
O projeto. O Projeto é uma operação de empréstimo sem garantia soberana no montante de US$ 74,99 milhões a ser concedido à Mareña Renovables Capital e consiste na construção de um parque eólico de 396 KW no Istmo de Tehuantepec no Estado de Oaxaca. O projeto fornecerá energia à empresa Fomento Económico Mexicano S.A.B. de C.V. sob o âmbito jurídico mexicano de autoabastecimento. O projeto consiste na construção de 132 torres com aerogeradores e uma linha de transmissão de 52 quilômetros que conecta o parque à rede elétrica.

A solicitação. Em dezembro de 2012, o Senhor Leonardo Crippa da organização estadunidense Indian Law Center, apresentou uma Solicitação ao MICI em representação de moradores das comunidades indígenas Santa María Xadani, San Mateo del Mar, Colonia Álvaro Obregón, San Francisco del Mar, San Dionisio del Mar, Juchitán de Zaragoza e Unión Hidalgo del Istmo de Tehuantepec, Estado de Oaxaca, México. Alega-se na Solicitação uma série de afetações que incluem: (i) ausência de consultas públicas apropriadas; (ii) falta de avaliação adequada dos impactos ambientais sobre a fauna da zona acompanhado de informação insuficiente às comunidades sobre os impactos previstos; e (iii) impactos negativos sobre o estilo de vida das comunidades e seu meio de subsistência tradicional, a saber, a pesca.

O processo MICI. A Solicitação foi declarada inadmissível para a Fase de Consulta e transferida à Fase de Verificação após uma pausa solicitada pelo Representante para permitir entrar em contato com os Solicitantes, explicar a situação e informar sobre a possibilidade de iniciar uma Fase de Verificação da Observância. O Presidente do Painel declarou a Solicitação admissível em setembro de 2013 e encarregou o Painel da tarefa de elaborar a recomendação para uma verificação da observância, a qual, segundo previsto, será submetida à consideração da Diretoria Executiva no segundo trimestre de 2014.

Cronologia – ME-MICI002-2012

Fase de Consulta



Fase de Verificação da Observância

8. Expansão do Canal do Panamá (PN-L1032)

Categoria Ambiental: A
País: Panamá
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público PN-MICI002-2011
Situação atual: Aberto
Fase: Verificação da Observância

O projeto. O Projeto é uma operação de empréstimo sem garantia soberana no montante de US$ 400 milhões à Autoridade do Canal do Panamá como financiamento parcial do programa de expansão com quatro componentes: (i) construção de um terceiro conjunto de comportas incluindo dois complexos de comportas e lagoas de água em ambos os lados do Canal: Atlântico e Pacífico; (ii) aumento da profundidade das entradas do Canal pelo Pacífico e pelo Atlântico; (iii) aumento da profundidade e do volume de água dos canais de navegação do Lago Gatún, bem como o aprofundamento do Corte Gaillard; e (iv) a elevação do Lago Gatún a seu máximo nível operacional.

O projeto proporciona financiamento parcial para o programa de expansão do Canal cuja necessidade se deve à crescente demanda de serviços e às limitações de capacidade do Canal em termos de tonelagem e capacidade de gestão para o tamanho dos navios pós-Panamax.

A solicitação. Em outubro de 2011, a Senhora Leila Shelton, Diretora do Comité Pro Defensa del Lago Gatún, apresentou uma solicitação junto ao MICI em nome próprio e em representação da coalizão de organizações não governamentais denominada Alianza Pro Panamá. A Solicitação apresenta, entre outros, os seguintes argumentos: (i) falta de transparência, divulgação incompleta das informações e desinformação às comunidades local e internacional; (ii) intrusão potencial de sal nos lagos que o Canal atravessa; (iii) os efeitos sobre a disponibilidade de água potável para as populações fronteiriças e para a operação do Canal; (iv) insuficiente identificação dos riscos e ausência de medidas de mitigação apropriadas com relação a uma falha sísmica situada no extremo Pacífico do Canal; e (v) problemas potenciais decorrentes do desenho escolhido para as comportas.

O processo do MICI. Em fevereiro de 2012, a Solicitação foi declarada admissível para a Fase de Consulta. No entanto, durante a etapa de avaliação o órgão executor manifestou que não desejava participar de um processo de diálogo, com o que se deu por concluída a Fase de Consulta. A pedido dos Solicitantes, a Solicitação foi transferida para a Fase de Verificação da Observância e em setembro de 2012 o Presidente do Painel determinou a mesma admissível. Em setembro de 2013, após a aprovação da Diretoria Executiva, teve início a etapa de investigação que está sendo realizada em coordenação com os mecanismos de prestação de contas do Banco Europeu de Investimentos e do Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), os quais também receberam reclamações semelhantes. Em ambas as instâncias foram realizadas duas missões ao Panamá em 2013: a primeira para esclarecer certos temas referentes às populações potencialmente afetadas e a segunda para acompanhar um

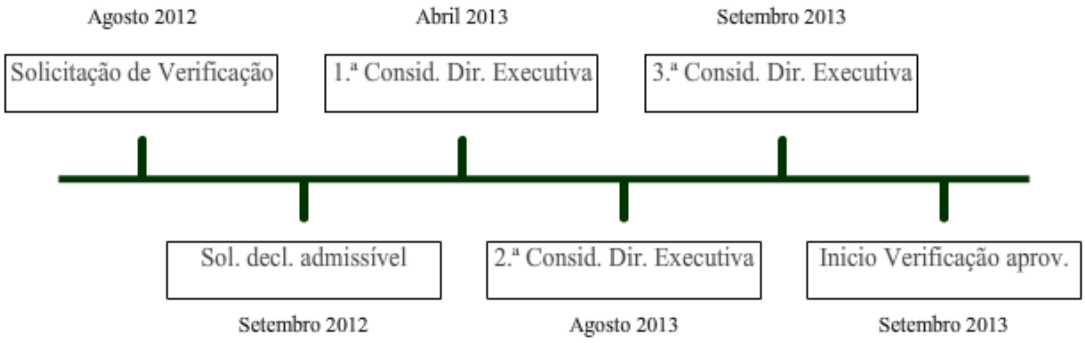
processo de diálogo organizado pelo JBIC entre os Solicitantes e a Autoridade do Canal sobre as principais preocupações expressas pelos Solicitantes.

O Painel iniciou a elaboração do Relatório de Verificação da Observância e sua conclusão está prevista para julho de 2014.

Cronologia – PN-MICI002-2011

Fase de Consulta

Fase de Verificação da Observância



Casos encerrados

No fim de 2013 foram encerrados sete casos: três ao serem declarados inelegíveis; dois após a conclusão das verificações da observância e ausência de solicitação de monitoramento por parte do Painel; e outros dois por não se ter autorizado a verificação da observância proposta. Uma vez que os casos foram declarados encerrados, foi concluída a gestão, por parte do MICI, da Solicitação recebida e o expediente do caso foi arquivado. Figura, a seguir, o detalhe de cada caso encerrado em 2013.

1. Programa de Gestão Urbano Ambiental Sustentável da Bacia do Rio Reconquista – Província de Buenos Aires (AR-L1121)

Categoria Ambiental: A
País: Argentina
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público MICI-AR-2013-070
Situação atual: Encerrado
Fase: Consulta

O projeto. O "Programa de Gestão Urbano ambiental Sustentável da Bacia do Rio Reconquista" é uma operação de empréstimo com garantia soberana no montante de US$ 230 milhões atualmente em etapa de preparação. O objetivo é a recuperação ambiental da bacia do Rio Reconquista situada em área fronteiriça à Cidade de Buenos Aires e à Grande Buenos Aires. O programa tem dois componentes: o primeiro componente financiará obras de água e saneamento, drenagem urbana, coleta de resíduos sólidos e efluentes industriais, vias de acesso e equipamentos urbanos; o segundo componente prevê a realização de estudos de viabilidade, a elaboração de um programa de gestão da bacia e o fortalecimento da instituição responsável pela gestão da bacia.

A solicitação. O Senhor Francisco Javier de Amorrortu, na qualidade de Solicitante, apresentou em outubro de 2013 uma Solicitação denunciando ações de fraude e corrupção decorrentes de um suposto descumprimento, por parte do BID, dos processos legais argentinos em matéria ambiental, bem como a baixa qualidade técnica do estudo sobre o impacto ambiental e a falta de suporte técnico dos relatórios do projeto.

O processo MICI. Em dezembro de 2013 a Solicitação foi declarada inadmissível para a Fase de Consulta por não dispor de elementos que permitam determinar o efeito adverso, direto e substancial ao Solicitante, motivado por uma possível ação ou omissão de Banco em relação às políticas operacionais pertinentes; pela existência de 34 ações legais interpostas pelo Solicitante, sendo uma delas semelhante em objeto e teor à Solicitação interposta junto ao MICI e ativa no momento da determinação de admissibilidade; e por não estarem as Partes de acordo em participar de um processo de Fase de Consulta.

Cronologia – MICI-AR-2013-070

Fase de Consulta

2. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte (BR-L1296)

Categoria Ambiental: A
País: Brasil
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público BR-MICI003-2011
Situação atual: Encerrado
Fase: Verificação da Observância

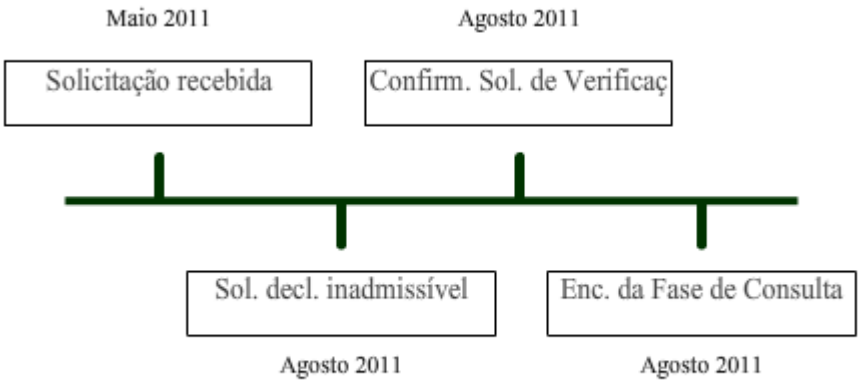
O projeto. O projeto, uma operação com garantia soberana no montante de US$ 1,148.6 bilhão, consiste na construção do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas da Cidade de São Paulo com o objetivo de transformar o sistema de transporte e logística metropolitana da configuração radial vigente para uma radial-anular. Visa-se com isto a ajudar a redistribuir a circulação dos veículos de cargas e passageiros, melhorar o acesso aos dois maiores centros de conexão internacional do país (o porto de Santos e o aeroporto de Guarulhos), descentralizar a atividade logística na região metropolitana e melhorar as condições de circulação, a qualidade do ar, o tempo de viagem e custos de operação veicular.

A solicitação. Em maio de 2011, os Srs. Mauro Antônio Moraes Vitor e Marco Antônio García Martins, em representação de um grupo de organizações da sociedade civil denominado Coletivo de Entidades Ambientalistas, apresentam uma Solicitação mediante a qual expressam sua preocupação a respeito do seguinte: (i) efeitos socioambientais potencialmente negativos ao Parque Estadual da Cantareira, denominado Reserva da Biosfera; (ii) impactos sobre a disponibilidade de água para a população de São Paulo; (iii) falta de informação sobre o processo de reassentamento de mais de 10.000 residentes da região; e (iv) falta de acesso à informação e adequada implementação do processo de consulta.

O processo MICI. A Solicitação foi declarada inadmissível para a Fase de Consulta e transferida para a Fase de Verificação da Observância, onde foi declarada admissível pelo Presidente do Painel em dezembro de 2011. No processo de preparação da recomendação de verificação da observância, foi transferido ao Painel outro caso relativo ao mesmo projeto, fato pelo qual, uma vez declarado o segundo caso admissível para essa Fase, o Painel decidiu unir os dois casos e apresentar uma recomendação de investigação conjunta para a consideração da Diretoria Executiva. Em julho de 2013, após considerar a recomendação do Painel, a Diretoria Executiva decidiu não recomendar a realização da investigação. Com esta decisão, o Mecanismo declarou encerrados os processos dos casos BR-MICI003-2011 e BR-MICI005-2011.

Cronologia – BR-MICI003-2011

Fase de Consulta



Fase de Verificação da Observância

3. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte (BR-L1296)

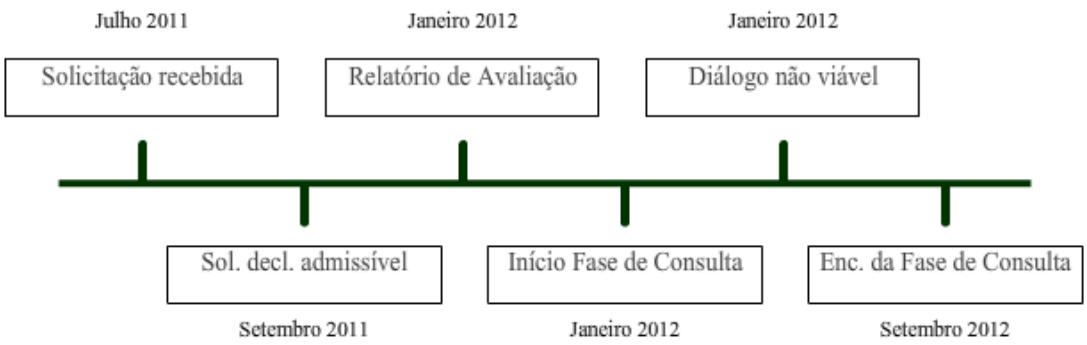
Categoria Ambiental: A
País: Brasil
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público BR-MICI005-2011
Situação atual: Encerrado
Fase: Verificação da Observância

A solicitação. A solicitação foi apresentada em julho de 2011 pelo Senhor Maurício Gomes de Souza, residente do condomínio residencial Jardim Itatinga, segundo o qual a futura construção e operação do trecho norte do Projeto Rodoanel Mário Covas teria um impacto socioambiental negativo para ele e para os outros residentes do condomínio dada a proximidade da rodovia a ser construída. O Senhor Souza afirmava que a sua família e outros residentes da zona seriam diretamente afetados pelo projeto, sobretudo pelo seguinte: (i) ruído e outros tipos de poluição; (ii) perda do valor imobiliário e possível reassentamento de algumas famílias; e (iii) dano à estrutura física de seus domicílios.

O processo MICI. Esta solicitação foi declarada admissível para a Fase de Consulta. Mas durante a avaliação determinou-se que o diálogo não parecia ser viável devido às condições requeridas pelos Solicitantes e à falta de unidade de motivos do grupo. Além disso, os Solicitantes tinham manifestado seu desejo de aderir à Solicitação apresentada pelo Coletivo de Organizações Ambientalistas (Caso BR-MICI003-2011). A Fase de Consulta foi oficialmente concluída em setembro de 2012, sendo o caso transferido para a Fase de Verificação da Observância a pedido dos solicitantes. Em novembro de 2012 o Presidente do Painel determinou que a solicitação era admissível e notificou que o Painel geriria o caso em conjunto com o caso BR-MICI003-2011. Em julho de 2013, após considerar a recomendação feita pelo Painel, a Diretoria Executiva decidiu não recomendar a realização da investigação. Com esta decisão, o Mecanismo declarou encerrados os processos dos casos BR-MICI003-2011 e BR-MICI005-2011.

Cronologia – BR-MICI005-2011

Fase de Consulta



Fase de Verificação da Observância

4. Projeto de Construção da Variante San Francisco-Mocoa - Fase I (CO–L1019)

Categoria Ambiental: A
País: Colômbia
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público CO-MICI001-2011
Situação atual: Encerrado
Fase: Verificação da Observância

O projeto. O projeto é uma operação de empréstimo com garantia soberana no montante de US$ 53 milhões com o objetivo de melhorar as condições de eficiência e segurança do corredor viário Tumaco-Pasto-Mocoa, promovendo a integração física e econômica da região sul colombiana com os principais centros de produção e comercialização do país. Neste sentido, financiará a construção da Variante San Francisco-Mocoa de 45,6 kms e as medidas de mitigação e compensação socioambientais requeridas para sua execução e operação.

A solicitação. Em julho de 2011, a Senhora Carmenza Tez, como representante das comunidades indígenas Inga e Kamentsa, remeteu ao MICI uma Solicitação indicando que o programa apresenta as seguintes deficiências: (i) as comunidades Inga e Kamentsa não são identificadas apropriadamente nem incluídas como parte integrante do desenho e da execução do projeto; (ii) não se aborda de maneira concreta e adequada o impacto social e ambiental do projeto nas comunidades; e (iii) os povos indígenas que vivem na zona de influência do projeto não são informados nem consultados apropriadamente.

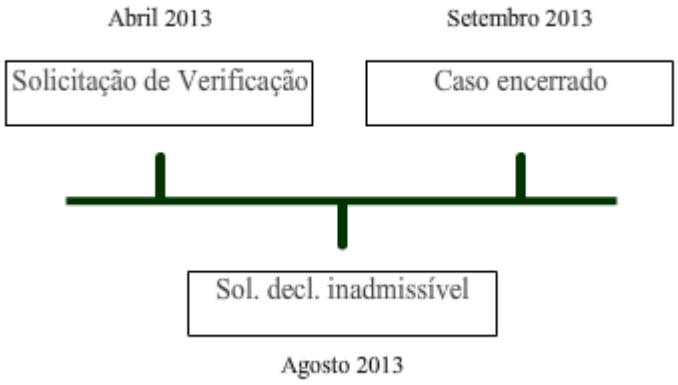
O processo MICI. A solicitação foi declarada admissível para a Fase de Consulta em setembro de 2011 e como resultado da avaliação decidiu-se iniciar um processo de diálogo. No entanto, perante a iminência de processos eleitorais internos em comunidades, o processo de diálogo foi adiado a pedido dos solicitantes por um ano. Nesse período surgiram diferentes ações legais iniciadas pelos Solicitantes a respeito do projeto em questão. Esta situação, somada ao fato de que as novas autoridades indígenas eleitas não conseguiram formalizar em um período razoável sua representação na mesa de diálogo, levou a Ombudsperson de Projetos a decidir

terminar a Fase de Consulta em abril de 2013. A Solicitação foi transferida para a Fase de Verificação da Observância e, após uma análise das circunstâncias do caso, o Presidente do Painel a declarou como inadmissível em vista de que alguns aspectos indicados na Solicitação estavam sujeitos a procedimentos judiciais. Por conseguinte, o MICI declarou o processo encerrado em setembro de 2013.

Cronologia – CO-MICI001-2011

Fase de Consulta

Fase de Verificação da Observância



5. Projeto de Energia Hidroelétrica Pando-Monte Lirio (PN-L1054)

Categoria Ambiental: A
País: Panamá
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público PN-MICI001-2010
Situação atual: Encerrado
Fase: Verificação da Observância

O projeto. O projeto, uma operação sem garantia soberana no montante de US$ 40 milhões consiste no desenho, construção, operação, manutenção e financiamento de duas centrais hidrelétricas – Pando e Monte Lirio – desenvolvido pela Electron Investment, S.A. O projeto situa-se na Bacia do Rio Chiriquí Viejo, província de Chiriquí, na parte ocidental do Panamá e tem uma capacidade instalada de 83,3 MW e uma capacidade firme de 57,5 MW. O Banco concedeu financiamento de longo prazo para o projeto, juntamente com outros mutuantes multilaterais. O projeto ajusta-se à estratégia do BID para o Panamá, cujo objetivo é apoiar o investimento privado na infraestrutura, bem como o desenvolvimento de fontes de energia renováveis para reduzir a dependência energética do país do petróleo e reduzir os efeitos das mudanças climáticas.

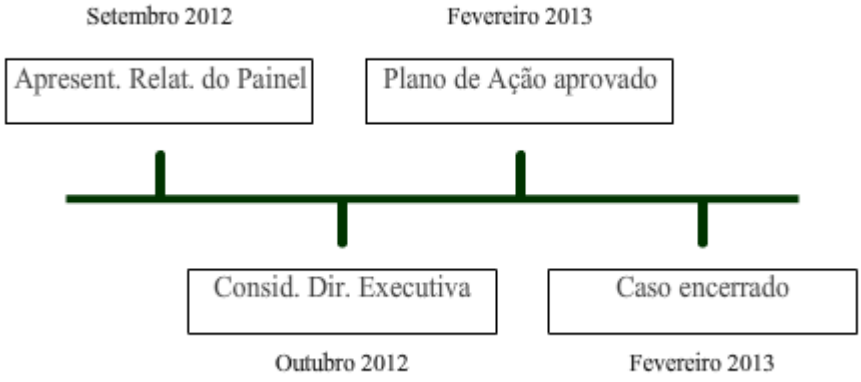
A solicitação. Em março de 2010, a Alianza Ambiental Pro Defensa Integrada de Panamá (AAPRODIPA), associação de 16 organizações não governamentais do Panamá, enviou uma Solicitação ao MICI mediante a qual apresentou uma série de inquietações sobre temas ambientais relacionados com o desenvolvimento do projeto, entre eles o processo de avaliação do impacto ambiental, a localização das plantas e o uso da água. Os Solicitantes também expressaram inquietações a respeito de concessões de longo prazo, impacto negativo sobre os projetos agrícolas, dano às vias de acesso, impactos negativos sobre a fauna e deterioração da economia local.

O processo MICI. Depois de um processo amplo que incluiu a oportunidade de diálogo na Fase de Consulta, o Painel emitiu seu Relatório de Verificação da Observância em 2012, cujas conclusões permitiam concluir o descumprimento, por parte do Banco, das políticas operacionais OP-703 em suas Diretivas B, B1, B3, B5, B6 e B9, OP-304. A Diretoria Executiva do Banco tomou nota do relatório e decidiu aceitar as recomendações do Painel. Por conseguinte, solicitou à Administração a elaboração de um plano de ação incorporando as recomendações do Painel e os comentários da Diretoria Executiva, o qual foi aprovado em 13 de fevereiro de 2013. O Plano de Ação prevê atividades específicas para solucionar os aspectos relacionados com o patrimônio ecológico, danos às vias, erosão e questões relacionadas com a qualidade da água. Esse plano atribuiu responsabilidades e estabeleceu os prazos para sua implementação que será monitorada pela própria Diretoria Executiva. Com isso o processo do MICI foi dado por concluído.

Cronologia – PN-MICI001-2010

Fase de Consulta

Fase de Verificação da Observância



6. Programa de Corredores Viários do Paraguai (PR-0035)

Categoria Ambiental: C
País: Paraguai
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público PR-MICI002-2010
Situação atual: Encerrado
Fase: Verificação da Observância

O projeto. Trata-se de uma operação com garantia soberana no montante de US$ 82,3 milhões destinada à melhoria da rede viária nacional para adequá-la ao tráfico atual e futuro, reduzir os custos de transporte e assegurar a transitabilidade durante todo o ano nos mais importantes corredores de exportação para os mercados externos.

A solicitação. Em novembro de 2010, os Professores Kim Hill e Magdalena Hurtado, em representação da comunidade indígena Aché, enviaram uma Solicitação ao MICI mediante a qual afirmavam que os Aché tinham sido e continuavam a ser prejudicados pelo fato de o Banco não ter aplicado as disposições do contrato de empréstimo destinadas a salvaguardar os direitos da comunidade às suas terras ancestrais. A Solicitação expressa preocupação com relação à transferência de títulos de terras da propriedade agrícola 470 à comunidade Aché do Paraguai, fazendo referência a deslocamentos forçosos e solicitando o cumprimento do artigo 169 do Convênio da Organização Internacional do Trabalho, o qual, segundo os solicitantes, apoia as reivindicações da comunidade Aché sobre as terras em disputa.

O processo MICI. Em dezembro de 2010 a solicitação foi declarada inadmissível para a Fase de Consulta pelo fato de os Solicitantes não mostrarem disposição para o diálogo, estando mais interessados em continuar um processo de Verificação da Observância. Em janeiro de 2011, a solicitação foi declarada admissível para a Verificação da Observância com base na documentação do Banco e em junho desse mesmo ano a Diretoria Executiva do BID aprovou a realização de uma verificação da observância. O Painel finalizou seu Relatório em novembro de 2012.

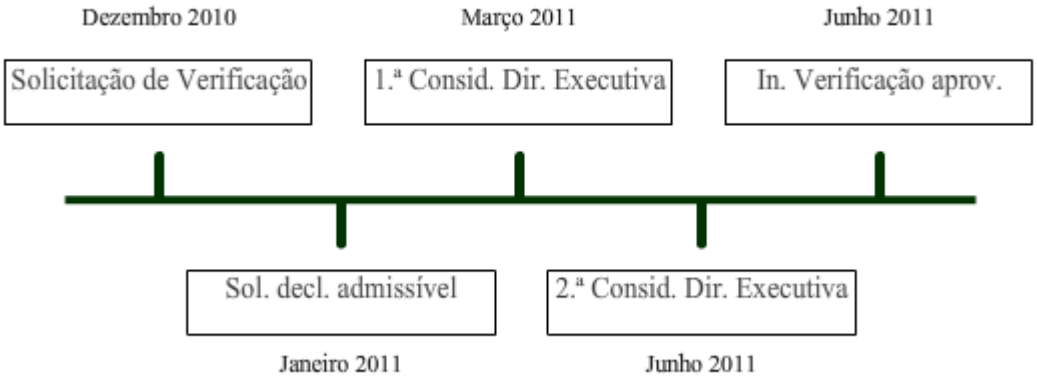
Em abril de 2013, o relatório foi considerado pela Diretoria Executiva, a qual tomou nota do mesmo, mas concluiu que não apresentou conclusões contundentes que evidenciassem um descumprimento por parte da Administração com relação às Políticas Operacionais Relevantes. O mesmo relatório destacou também os esforços envidados pela Administração para apoiar as comunidades Solicitantes além dos limites da responsabilidade do Banco.

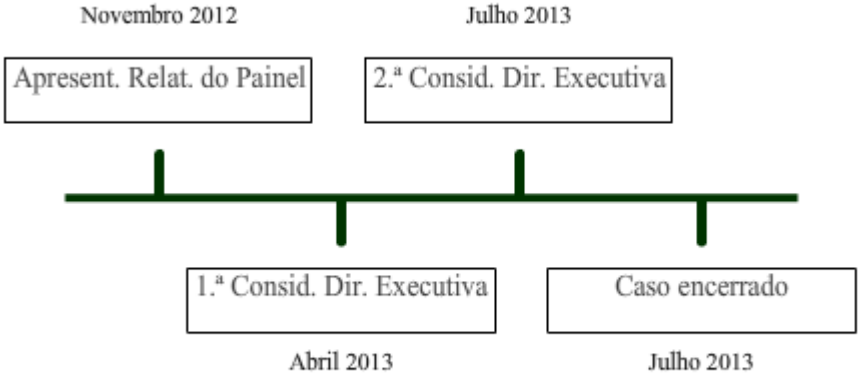
Após a notificação da decisão da Diretoria, o processo foi declarado encerrado pelo MICI. É importante destacar que no fim de 2012, o Governo do Paraguai reconheceu os direitos de propriedade da comunidade Aché.

Cronologia – PR-MICI002-2010

Fase de Consulta

Fase de Verificação da Observância





7. Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Interior – SU-T1026

Categoria Ambiental: Não disponível
País: Suriname
Cronologia e documentos públicos do caso: Registro Público MICI-SU-2013-069
Situação atual: Encerrado
Fase: Consulta

O projeto. O projeto é uma cooperação técnica não reembolsável no montante máximo de US$ 720.000 para financiar a coleta de dados de linha de base, bem como facilitar a participação e o fortalecimento institucional de atores-chave no processo a fim de contribuir para a melhoria dos padrões de vida e aumentar as oportunidades de desenvolvimento econômico e social para os residentes do Interior em um contexto de sustentabilidade ambiental.

A solicitação. Em outubro de 2013, o Dr. Daniel Peplow, Codiretor da organização Surinam Indigenous Fund, em representação da comunidade indígena Wayana do Suriname, enviou uma Solicitação mediante a qual apresentava uma série de dificuldades que a Comunidade Wayana de Apetina está enfrentando em consequência das políticas de desenvolvimento implantadas e os impactos negativos sobre a saúde causados pelas atividades de extração de ouro na região do Interior de Suriname. Como questão geral, o Solicitante mencionou a necessidade de introduzir melhorias no nível de políticas para abordar algumas das questões e melhorar a situação atual dos membros da comunidade Wayana. Além disso, a solicitação pediu apoio para entabular um diálogo com atores de alto nível envolvidos, a fim de promover reajustes estruturais nas políticas e programas de Suriname e abordar assim os desafios econômicos e de saúde presentes na região do interior.

O processo do MICI. Em dezembro 2013, em conformidade com a Política do MICI (GN-1830-49) e o esquema de transição aprovado pela Diretoria Executiva, a Comité de Admissibilidade da Fase de Consulta concluiu que a Solicitação não era admissível para essa Fase. O solicitante foi informado a respeito desta determinação e o processo foi dado por concluído.

Cronologia – MICI-SU-2013-069

Fase de Consulta

5 Extensão e capacitação

Entre as ações em matéria de extensão e capacitação de 2013 destaca-se o redesenho do website (www.iadb.org/mici)

O redesenho, iniciado em 2012 sob os princípios de transparência e acessibilidade, foi concluído no segundo semestre de 2013, em espanhol, inglês, português e francês. A partir dessa data, o MICI oferece aos usuários uma seção de notícias atualizada periodicamente; e uma listagem de todas as solicitações recebidas dentro do registro público, o qual dispõe de maior capacidade permitindo dar acompanhamento pontual aos casos da carteira de maneira cronológica e por meio de fichas individuais por caso, das quais constam os relatórios referentes à gestão dos mesmos.

O website apresenta também informação atualizada sobre o trabalho, procedimentos, registro de solicitações e atividades do MICI em seus diversos âmbitos.

Neste ano, o MICI organizou sessões com membros da sociedade civil e reuniões com equipes de projetos do BID, participando também de uma série de eventos. Destacam-se as sinergias alcançadas com o processo de Consulta Pública que representou uma oportunidade não somente para conhecer os pontos de vista dos diferentes interlocutores do MICI, mas também para divulgar o mandato do Mecanismo e seus processos. A Tabela 4 apresenta detalhes dessas atividades.

Tabela 4. Atividades de extensão e capacitação em 2013

Extensão e capacitação	
Extensão e capacitação	Redesenho do website em quatro idiomas Sessão interativa com a sociedade civil no contexto da XIII Reunião BID-Sociedade Civil, realizada em Cali, Colômbia **2** apresentações para públicos externos **12** sessões internas sobre os processos do MICI com o pessoal do Banco na Sede e nas Representações **2** apresentações sobre o Processo de Consulta **2** vídeos: 1 institucional e outro de capacitação **1** nota de conhecimento (a ser publicada em 2014)

Por outro lado, os membros da equipe do MICI participaram de sessões e eventos organizados tanto pelo BID como por outras instituições, nos quais tiveram a oportunidade de divulgar o trabalho do Mecanismo, bem como de receber comentários e sugestões e compartilhar experiências e boas práticas com integrantes de outros mecanismos de prestação de contas. (Ver Tabela 5).

Tabela 5. Participação do MICI em eventos externos

- Apresentação a um grupo selecionado de convidados em uma sessão organizada pelo Colégio de Advogados dos Estados Unidos.
- Participação, na qualidade de observadores, da sessão de Consulta Pública realizada em Washington, D.C.
- Participação, na qualidade de observadores, da sessão de Consulta Pública realizada em Cali, Colômbia.
- Participação na X Reunião Anual de Mecanismos Independentes de Prestação de Contas (IAMs) em Washington, D.C.
- Participação em um evento público organizado pelo Painel de Inspeção do Banco Mundial em Washington, D.C.: *Addressing People´s Concerns: 20 years and counting* (Abordando as preocupações das pessoas: 20 anos e mais além).
- Participação de um evento interativo organizado por um grupo de organizações da sociedade civil em Washington, D.C.: *A conversation with IAMs about the promise of remedy and acountability*.

Em matéria de atividades de capacitação e em um esforço para aumentar o conhecimento do Mecanismo no Banco, o MICI organizou uma série de sessões com diferentes unidades do Banco tanto na Sede como nas representações com o objetivo principal de esclarecer o alcance do MICI e seus processos. (Ver Tabela 6).

Tabela 6. Ações de divulgação e capacitação no Banco

- Apresentação ao Painel Externo de Revisão da Política de Acesso à Informação
- Apresentação ao pessoal da Representação na Colômbia sobre o MICI, seus processos e a interação com a Administração
- Apresentação ao pessoal de ligação do Departamento de Conhecimento e Aprendizagem para divulgar o trabalho do MICI e como contribui para o fortalecimento das operações
- Apresentação ao pessoal do Escritório de Ética sobre o MICI, seus processos e interação entre ambos os escritórios
- Apresentação a novos funcionários nos Seminários de Orientação para Novos Funcionários
- Apresentação no Workshop para Gerentes: Reduzindo e Manejando Conflitos
- Apresentação às Divisões de Competitividade e Inovação e de Mercados de Capital e Instituições Financeiras sobre o processo da Fase de Consulta e algumas lições tiradas do caso de São José dos Campos, Brasil
- Apresentação ao pessoal da Divisão de Mudanças Climáticas sobre o processo da Fase de Consulta
- Videoconferência. Apresentação aos ConSOCs da Nicarágua
- Videoconferência. Apresentação aos ConSOCs do Paraguai
- Videoconferência. Apresentação aos ConSOCs da Argentina
- Videoconferência. Apresentação aos ConSOCs do México
- Videoconferência. Apresentação aos ConSOCs da Costa Rica
- Videoconferência. Apresentação aos ConSOCs de Barbados

6 Orçamento do MICI em 2013

Fase de Consulta[1]	$ 850.753.00
Fase de Verificação da Observância[2]	$ 568.046.00
Escritório do MICI[3]	$ 664.125.00
Extensão e capacitação	$ 66.244
Fortalecimento institucional	$ 32.000.00
Fundo para imprevistos	$ 250.000
Total	**$ 2.431.168,00**

Nota: Cifras em dólares dos Estados Unidos
[1] Inclui o salário da Ombudsperson de Projetos
[2] Inclui honorários do Painel
[3] Inclui salários da Secretária Executiva e dos funcionários administrativos

Anexo 1. Estatísticas 2010 – 2013

Ingresso de solicitações

No período de 2010 a 2013 o MICI recebeu um total de 76 solicitações, 24 das quais foram registradas (ver Tabela 1 e Gráfico 1).

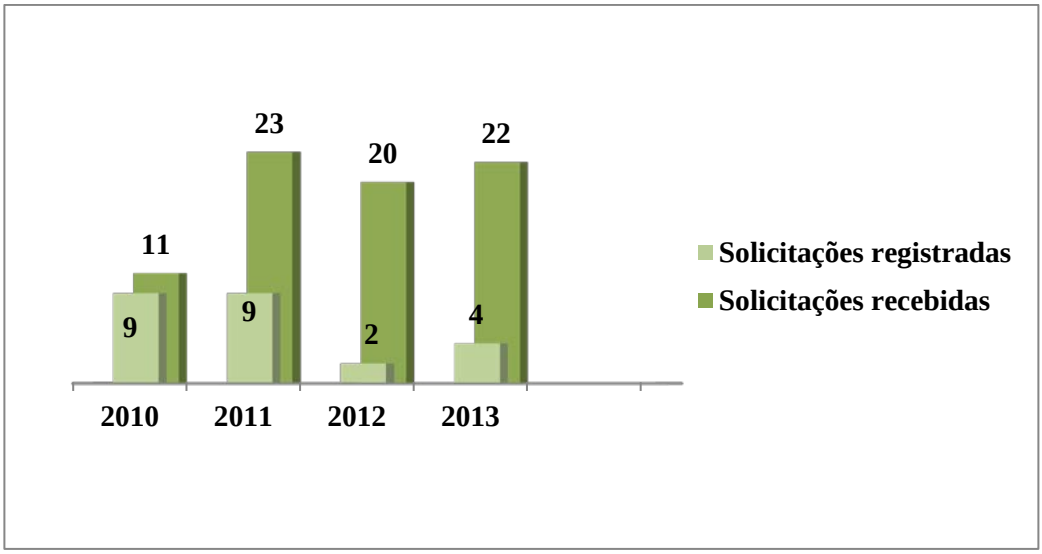
Tabela 1. Estatísticas de ingresso e registro de solicitações 2010 -2013

Ano	Solicitações Recebidas	Solicitações Registradas
2010	11	9
2011	23	9
2012*	20	2
2013**	**22**	**4**
Total	**76**	**24**

Fonte: Estatísticas do MICI

* Em dezembro de 2012 foi registrada uma solicitação que foi transferida para a Fase de Consulta em janeiro de 2013.
** Duas solicitações recebidas em 2013 foram registradas e transferidas para a Fase de Consulta em janeiro de 2014.

Gráfico 1. Ingresso de solicitações 2010–2013: solicitações recebidas e registradas



Fonte: Estatísticas do MICI

Solicitações registradas

No período 2010 – 2013, o MICI registrou um total de 24 solicitações provenientes de um total de nove países (ver Tabela 2) e das quais 37% foram apresentadas por indivíduos (ver Tabela 3).

Das 24 solicitações, 18 foram consideradas elegíveis para pelo menos uma fase, 4 foram consideradas inelegíveis e foram encerradas após a determinação de inadmissibilidade e duas estão em processo de serem transferidas para a Fase de Consulta para determinação de admissibilidade.

No total, no fim de 2013 o MICI concluiu o processamento de 14 solicitações, declarou os processos encerrados para cada uma delas e mantém em carteira 10 solicitações.

Tabela 2. Estatísticas de ingresso e registro de solicitações 2010 -2013

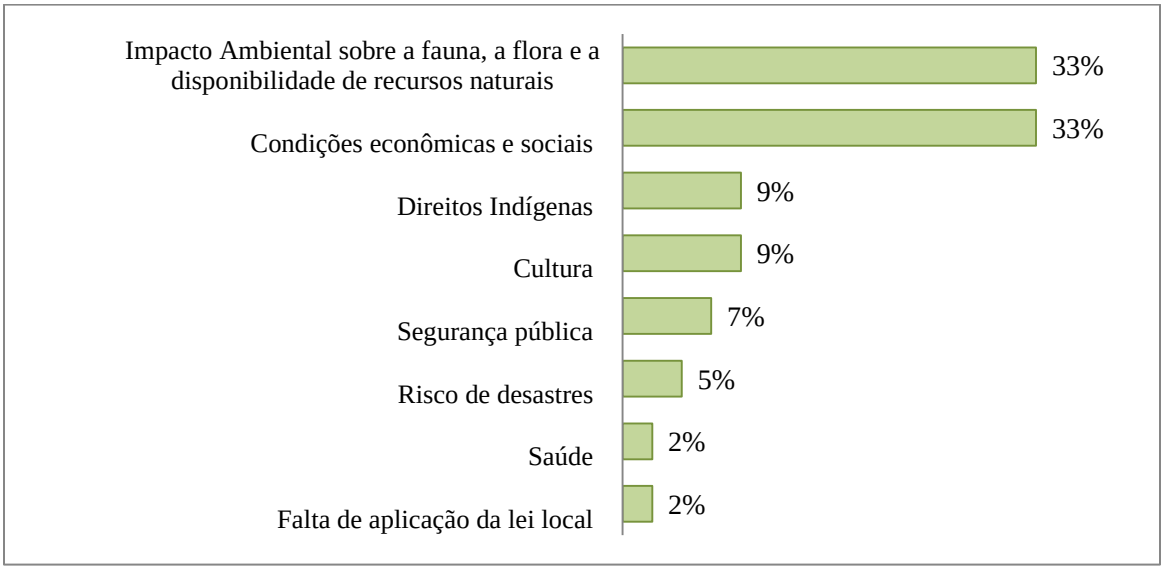
País	Número de Solicitações
Argentina	5
Bolívia	1
Brasil	8
Colômbia	2
Costa Rica	1
México	2
Panamá	2
Paraguai	2
Suriname	1
Total	24

Fonte: Estatísticas do MICI

Na análise dos dados da carteira de solicitações registradas há padrões de distribuição dos casos por setor e por região, bem como dos temas de preocupação apresentados pelos Solicitantes.

Problemas apresentados pelos solicitantes. No contexto das solicitações durante o período 2010-2013, 66% das inquietações manifestadas indicam por igual temas relacionados a impactos negativos sobre o meio ambiente e suas repercussões na disponibilidade recursos naturais, tais como água e alimentos e afetações às condições econômicas e sociais da população (Ver Gráfico 2). As Solicitações em geral apresentam problemas nos processos de consulta pública e falta de informações, o que gera incerteza nas comunidades. Além disso, um grande número de Solicitações se refere a inconformidade com os estudos sobre impacto ambiental e social, com os planos de reassentamento involuntário e com omissões nestes estudos e as consequências sobre os planos de mitigação previstos. (Ver Gráfico 2).

Gráfico 2. Gestão de solicitações 2010-2013: temas de preocupação



Fonte: Estatísticas do MICI

Distribuição regional. O 63% das solicitações registradas provêm de países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai), seguidas de 21% de países da região centro-americana e México. Esta distribuição regional em geral obedece a uma sociedade civil mais organizada, bem como às características da carteira de operações do Banco, em termos de dimensão e setor.

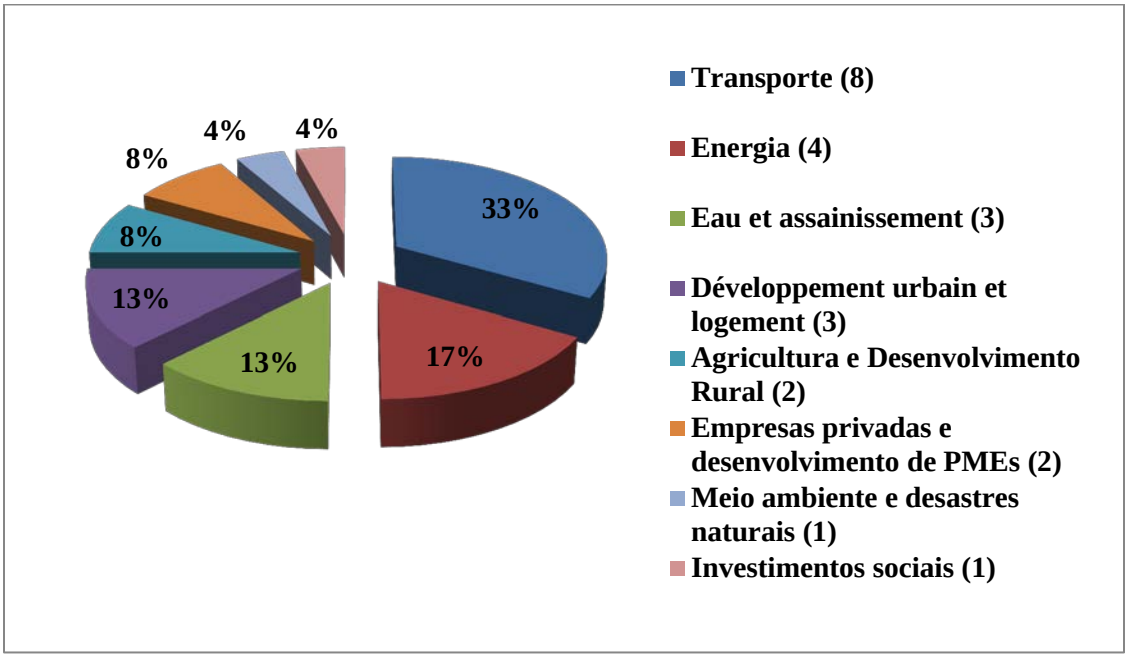
Tabela 3. Gestão de solicitações 2010-2013: natureza do solicitante e distribuição geográfica

Por tipo de solicitante	**37%** originaram-se de indivíduos (9)
	25% se originaram de organizações não governamentais (6)
	25% originaram-se de grupos comunitários (6)
	13% originaram-se de comunidades indígenas (3)
Por distribuição geográfica	**63%** originaram-se de países do Cone Sul (15)
	21% originaram-se de América Central e México (5)
	13% originaram-se de países do Grupo Andino (3)
	4% originaram-se do Caribe (1)

Fonte: Estatísticas do MICI

Distribuição setorial. O 33 % das solicitações registradas referem-se a operações no setor de transportes, seguido pelos setores de energia, água e saneamento e desenvolvimento e habitação urbanos. Estes 4 setores orientados ao desenvolvimento da infraestrutura estão vinculados a 75% das Solicitações registradas. (Ver Gráfico 3).

Gráfico 3. Gestão de solicitações 2010-2013: por setor



Fonte: Estatísticas do MICI. Nota: PMEs = pequenas e médias empresas

Categorização de projetos. As operações do Banco são categorizadas como A, B ou C dependendo da sensibilidade ambiental e/ou social acarretada pelo projeto. Neste sentido, 46% das operações vinculadas às Solicitações registradas contam com uma classificação **A**. Outros 29% são classificados como categoria **B**, ou seja, ocasionam impactos ambientais e/ou sociais adversos mais limitados que os primeiros. Quanto ao tipo de Mutuário, 79% das solicitações estão ligadas a operações do setor público. (Ver Tabela 4).

Tabela 4. Gestão de solicitações 2010-2013: por categoria de impacto ambiental e por tipo de mutuário

Por categoria de impacto ambiental e social	**46%** são projetos de **categoria A**, ou seja, aqueles que provavelmente têm um considerável impacto negativo de natureza ambiental, além de social e cultural, sejam direto, indireto, regional ou acumulativo (11)
	29% são projetos de **categoria B**, ou seja, aqueles que provavelmente têm um impacto negativo de natureza ambiental, além de social e cultural, sobretudo local e de curto prazo e para os quais se dispõe de medidas de mitigação eficazes acessíveis (7)
	4% são projetos de **categoria C**, ou seja, aqueles que provavelmente têm um impacto negativo mínimo de natureza ambiental, social e cultural (1)
	21% não contam com classificação ambiental (5)
Por tipo de mutuário	**79%** são operações com o setor público (19)
	21% são operações com o setor privado (5), sendo uma delas do Fumin

Fonte: Estatísticas do MICI

Políticas operacionais relevantes. No período 2010–2013 as políticas operacionais relevantes sob o mandato do MICI foram as seguintes:

- OP-102 Acesso à Informação;
- OP-703 Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas;
- OP-704 Gestão do Risco de Desastres;
- OP-761 Igualdade de Gênero no Desenvolvimento;
- OP-765 Povos Indígenas; e
- OP-710 Reassentamento Involuntário.

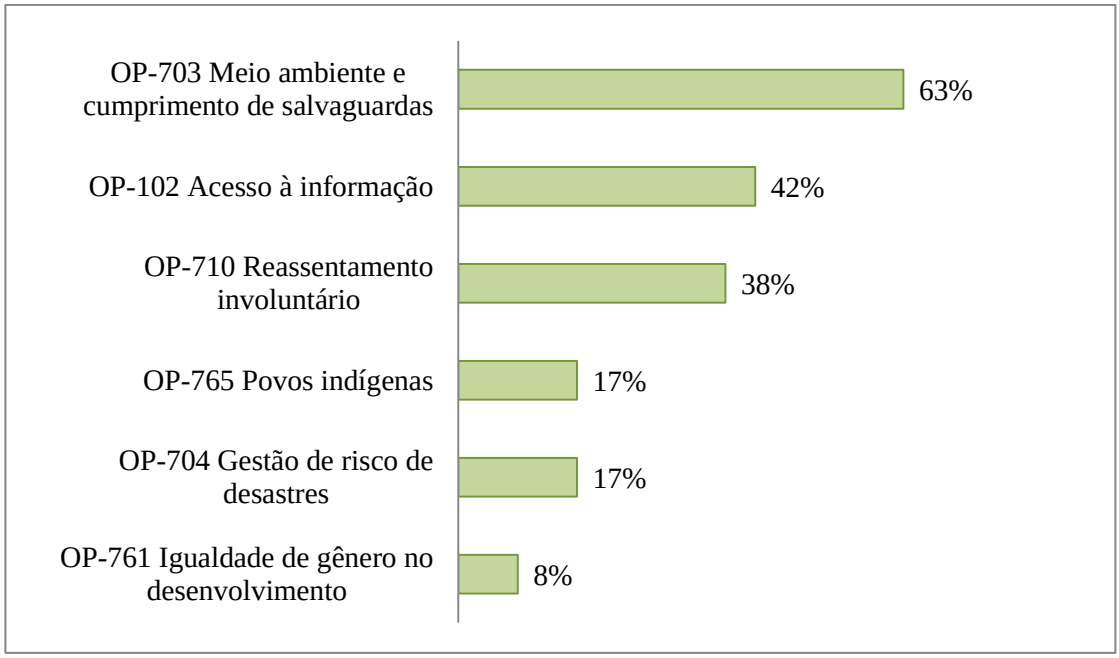
Em função disso, a política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) é mencionada direta ou indiretamente em 63% das Solicitações com ênfase especial nos processos de consulta pública (Ver Gráfico 4). Imediatamente depois figura a Política de Acesso à Informação, a mencionada com mais frequência nas Solicitações (42% delas), embora em muitos casos o tema da preocupação não esteja vinculado a essa política. Cumpre indicar que, apesar de as estatísticas indicarem um alto número de solicitações que citam temas de acesso à informação, as alegações se referem principalmente a uma possível gestão inadequada do processo de consultas públicas com as comunidades e não necessariamente a que os solicitantes não tenham tido acesso aos documentos relevantes.

Neste âmbito, é de particular relevância mencionar que os Solicitantes consistentemente encontram deficiências na qualidade da informação divulgada, bem como nos mecanismos e veículos utilizados.

Os temas de reassentamento involuntário (38%) estão ligados a uma possível falta de participação das comunidades em etapas iniciais dos projetos, as quais, em sua maioria, alegam não terem tido conhecimento dos planos de reassentamento e do nível real de consequência direta decorrente dos mesmos que possam sofrer.

É importante reiterar que, embora os solicitantes citem algumas políticas operacionais, a informação é verificada no contexto do assunto apresentado uma vez iniciado o processo de gestão por parte do MICI. Não é de se esperar que os solicitantes tenham conhecimento das políticas e de sua aplicação, mas que descrevam, da maneira mais completa possível, a natureza de sua preocupação e da afetação potencial.

Gráfico 4. Gestão de solicitações 2010-2013: políticas operacionais mencionadas ou referidas pelos solicitantes em suas solicitações originais



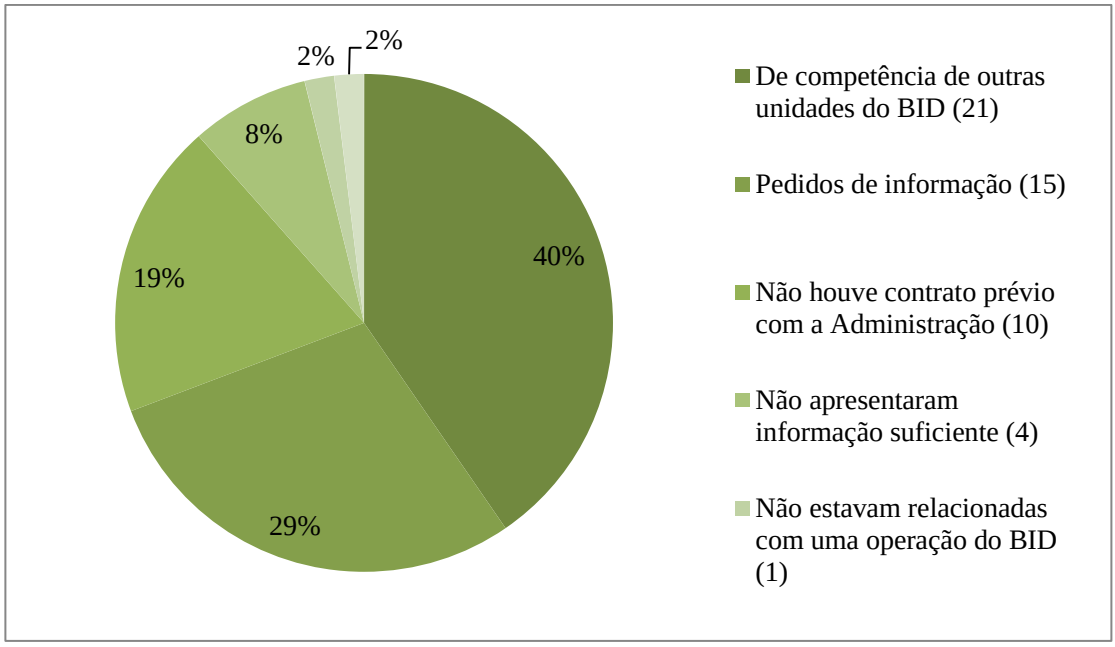
Fonte: Estatísticas do MICI

Solicitações não registradas

De 2010 a 2013, 52 solicitações não foram registradas; destas: 21 (40%) se referiam a assuntos de competência de outras unidades do Banco (Escritório de Integridade Institucional, Escritório de Ética, Escritório de Aquisições). Isso pode ser uma indicação de que o guichê do MICI é o mais visível e, portanto, é utilizado para diligenciar preocupações de todo tipo, inclusive as relacionadas com integridade, ética e/ou aquisições. Além disso, foram recebidas 15 (29%) solicitações de informação sobre o processo do MICI; 10 (19%) não tinham sido apresentadas à Administração do

BID com anterioridade e cujos Solicitantes estavam dispostos a recorrer à Administração antes de iniciar o processo do MICI; 4 (8%) careciam de informação suficiente para proceder ao registro (anônimas, falta de nome do projeto, falta de descrição do dano, entre outros); uma (2%) não estava relacionada a m uma operação financiada pelo BID; e uma última (2%) foi incorporada a uma solicitação existente por referir-se aos mesmos temas; (ver Gráfico 5).

Gráfico 5. Gestão de solicitações não registradas, 2010-2013



Fonte: Estatísticas do MICI

Anexo 2. Solicitações recebidas no período 2010 -2013 em ordem cronológica de recebimento

	Número de Registro da Solicitação	Nome	Data de recebimento	Fase	Situação
2010	MICI-PR-2010-001	***Paraguai.*** Desenvolvimento da indústria de produtos derivados da esponja vegetal PR-MICI001-2010	Fevereiro de 2010	Consulta	Encerrado
	MICI-PN-2010-002	***Panamá.*** Projeto Hidrelétrico Pando-Monte Lirio PN-MICI001-2010	Março de 2010	Consulta	Encerrado
				Verificação da Observância	Encerrado
	MICI-BR-2010-003	***Brasil.*** Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica BR-MICI001-2010	Maio de 2010	Consulta	Encerrado
				Verificação da Observância	Aberto
	MICI-AR-2010-004	***Argentina.*** Infraestrutura de Desenvolvimento Multifásico: Apoio à Produção de Entre Rios AR-MICI001-2010	Junho de 2010	Consulta	Aberto Monitoramento
	MICI-BR-2010-005	***Brasil.*** Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova (PROMABEN) BR-MICI002-2010	Outubro de 2010	Consulta	Encerrado
	MICI-BR-2010-006	***Brasil.*** Rodoanel Oeste	Outubro de 2010	Não processado	Não houve contato prévio com o BID, pelo que se recomendou ao solicitante que se dirigisse à Administração
	MICI-AR-2010-007	***Argentina***. Programa de Serviços Agrícolas Provinciais II (PROSAP II) AR-MICI002-2010	Novembro de 2010	Consulta	Encerrado

	Número de Registro da Solicitação	Nome	Data de recebimento	Fase	Situação
	MICI-PR-2010-008	***Paraguai***. Programa para Melhorar Corredores Rodoviários no Paraguai PR-MICI002-2010	Novembro de 2010	Consulta	Encerrado
				Verificação da Observância	Encerrado
	MICI-AR-2010-009	***Argentina.*** Programa de Melhoria de Bairros II (PROMEBA II) AR-MICI003-2010	Novembro de 2010	Consulta	Encerrado
	MICI-CR-2010-010	***Costa Rica***. Sistema de Interconexão Elétrica para os Países da América Central (SIEPAC) CR-MICI001-2011	Dezembro de 2010	Consulta	Encerrado
				Verificação da Observância	Encerrado
	MICI-SU-2010-011	***Surinam.*** Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Interior	Dezembro de 2010	Não processado	Não houve contato prévio com o BID, pelo que se recomendou ao solicitante que se dirigisse à Administração
2011	MICI-VE-2011-012	***Venezuela.*** Kreadança	Fevereiro de 2011	Não processado	Não compete ao mandato do MICI ; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-BO-2011-013	***Bolívia.*** Programa de Melhoria do Trecho Santa Bárbara-Rurrenabaque e San Buenaventura do Corredor Norte BO-MICI001-2011	Março de 2011	Consulta	Encerrado
				Verificação da Observância	Aberto
	MICI-PN-2011-014	***Panamá.*** Expansão do Canal do Panamá	Maio de 2011	Não processado	Não houve contato prévio com o BID, pelo que se recomendou ao solicitante que se dirigisse à Administração

	Número de Registro da Solicitação	Nome	Data de recebimento	Fase	Situação
	MICI-BR-2011-015	***Brasil.*** Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte BR-MICI003-2011	Maio de 2011	Consulta	Encerrado
				Verificação da Observância	Encerrado
	MICI-AR-2011-016	***Argentina.*** Programa Nacional 700 Escolas	Maio de 2011	Não processado	Não compete ao mandato do MICI, transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-ME-2011-017	***México.*** Projeto Termelétrica do Golfo ME-MICI001-2011	Junho de 2011	Consulta	Encerrado
				Verificação da Observância	Encerrado
	MICI-CO-2011-018	***Colômbia***. Programa de Capacitação de Chefes de Domicílio	Junho de 2011	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-BR-2011-019	***Brasil.*** Programa de Melhoria de Bairros Habitar Brasil BR-MICI004-2011	Junho de 2011	Consulta	Aberto
	MICI-BR-2011-020	***Brasil***. Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos BR-MICI006-2011	Junho de 2011	Consulta	Aberto
	MICI-CO-2011-021	***Colômbia***. Projeto de Construção da Rodovia Alternativa San Francisco-Mocoa–Fase I CO-MICI001-2011	Julho de 2011	Consulta	Encerrado
				Verificação da Observância	Encerrado
	MICI-BR-2011-022	***Brasil.*** Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte BR-MICI005-2011	Julho de 2011	Consulta	Encerrado
				Verificação da Observância	Encerrado
	MICI-CO-2011-023	***Colômbia.*** Aeroporto Internacional El Dorado CO-MICI002-2011	Agosto de 2011	Consulta	Aberto

	Número de Registro da Solicitação	Nome	Data de recebimento	Fase	Situação
	MICI-BO-2011-024	***Bolívia***. Programa de Melhoria do Trecho Santa Bárbara-Rurrenabaque do Corredor Norte BO-MICI001-2011	Setembro de 2011	Consulta e Verificação da Observância	Solicitação incorporada à solicitação número 13
	MICI-CO-2011-025	***Colômbia.*** Abastecimento de Água e Saneamento em Zonas Rurais	Setembro de 2011	Não processado	Não houve contato prévio com o BID, pelo que se recomendou ao solicitante que se dirigisse à Administração
	MICI-BR-2011-026 MICI-BR-2011-027 MICI-BR-2011-028	***Brasil***. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte	Setembro de 2011	Não processado	Após uma comunicação inicial nenhum dos Solicitantes respondeu às comunicações do Mecanismo
	MICI-CR-2011-029	***Costa Rica***. Programa de Regularização do Cadastro e Registro da Propriedade Imóvel	Outubro de 2011	Não processado	Retirado pelo solicitante
	MICI-CO-2011-030	***Colômbia***. Programa de Sistemas Estratégicos de Transporte Público	Outubro de 2011	Não processado	Solicitação de informações
	MICI-PN-2011-031	***Panamá.*** Expansão do Canal do Panamá PN-MICI002-2011	Outubro de 2011	Consulta	Terminado e transferido para a Verificação da Observância
				Verificação da Observância	Aberto Investigação em curso
	MICI-RD-2011-032	***República Dominicana.*** Boulevard Turístico do Atlântico	Outubro de 2011	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade

	Número de Registro da Solicitação	Nome	Data de recebimento	Fase	Situação
					pertinente do BID
	MICI-AR-2011-033	***Argentina.*** PROSAP	Outubro de 2011	Não processado	Não houve contato prévio com o BID, pelo que se recomendou ao solicitante que se dirigisse à Administração
	MICI-BR-2011-034	***Brasil***. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte	Outubro de 2011	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
2012	MICI-AR-2012-035	***Argentina.*** Programa de Gestão da Qualidade e Sanidade e de Alimentos e Agricultura AR-MICI004-2012	Janeiro de 2012	Consulta	Encerrado
	MICI-CO-2012-036	***Colômbia.*** Programa de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais em Zonas Rurais	Janeiro de 2012	Não processado	Não compete ao mandato do MICI, transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-BO-2012-037	***Bolívia.*** Preparação Projeto CRIAR	Janeiro de 2012	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-BR-2012-038	***Brasil***. Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova – PROMABEN	Fevereiro de 2012	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-TT-2012-039	***Trinidad e Tobago.*** CariSal Unlimited	Fevereiro de 2012	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-BR-2012-040	*Brasil*. Programa de Infraestrutura Logística de Santa	Abril de 2012	Não processado	Solicitação de contato com a Administração

	Número de Registro da Solicitação	Nome	Data de recebimento	Fase	Situação
		Catarina			
	MICI-PE-2012-041	***Peru.*** Esquema Cajamarquilla, Nieveria e Encerro Camote	Maio de 2012	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-PE-2012-042	***Peru.*** Esquema Cajamarquilla, Nieveria e Encerro Camote	Junho de 2012	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-BR-2012-043	***Brasil.*** Estrada Real – Rede de PYMES Turísticas Estado de Minas Gerais	Julho de 2012	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-CO-2012-044	***Colômbia.*** Projeto de Construção da Variante San Francisco-Mocoa – Fase I	Julho de 2012	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-CO-2012-045	*Colômbia*. Sistema Estratégico de Transporte	Setembro de 2012	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-ME-2012-046	***México.*** Projeto Eólico Mareña Renovables	Outubro de 2012	Não processado	Não houve contato prévio com o BID, pelo que se recomendou ao solicitante que se dirigisse à Administração
	MICI-UR-2012-047	***Uruguai.*** Programa de Transporte Urbano de Montevidéu	Outubro de 2012	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-ME-2012-048	***México.*** Solicitação de informação do Banco da Auditoria Superior da Federação	Outubro de 2012	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-BR-2012-049	***Brasil.*** Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte 2	Novembro de 2012	Não processado	Solicitação de informação

	Número de Registro da Solicitação	Nome	Data de recebimento	Fase	Situação
	MICI-AR-2012-050	***Argentina.*** Infraestrutura Hídrica: Programa de Desenvolvimento das Províncias do Norte Grande	Novembro de 2012	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-HO-2012-051	***Honduras.*** Povos Indígenas e Afro-hondurenhos e Mudanças Climáticas	Novembro de 2012	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-BR-2012-052	***Brasil***. Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos	Dezembro de 2012	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-ME-2012-053	***México***. Projeto Eólico Mareña Renovables ME-MICI002-2012	Dezembro de 2012	Consulta	Encerrado
				Verificação da Observância	Aberto
	MICI-JA-2012-054	***Jamaica***. Programa de Competitividade Agrícola	Dezembro de 2012	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
2013	MICI-AR-2013-055	***Argentina.*** Programa de Melhoria de Bairros II (PROMEBA II)	Janeiro de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI
	MICI-CO-2013-056	***Colômbia.*** Projeto de Construção da Variante San Francisco-Mocoa	Fevereiro de 2013	Não processado	Não houve contato prévio com o BID, pelo que se recomendou ao solicitante que se dirigisse à Administração
	MICI-TT-2013-057	***Trinidad and Tobago.*** Programa de reabilitação de infraestrutura	Março de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI

	Número de Registro da Solicitação	Nome	Data de recebimento	Fase	Situação
	MICI-PN-2013-058	***Panamá.*** Projeto de Energia Hidroelétrica Pando-Monte Lirio	Abril de 2013	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-ME- 2013-059	n/a	Maio de 2013	Não processado	Não relativo à operação do BID
	MICI-PN-2013-060	***Panamá.*** Programa de Eletrificação Rural	Maio de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-AR-2013-061	***Argentina.*** Programa de desenvolvimento das Províncias do Norte Grande: água e saneamento - Infraestrutura	Junho de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI;, transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-CO-2013-062	***Colômbia.*** Projeto de Construção da Variante San Francisco-Mocoa – Fase I	Junho de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-UR-2013-063	***Uruguai.*** Programa de Transporte Urbano em Montevidéu	Julho de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-XX- 2013-064	Concurso BID-IDEIAS	Julho de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-AR-2013-065	***Argentina.*** Programa de Gestão Urbano Ambiental Sustentável da Bacia	Julho de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à

	Número de Registro da Solicitação	Nome	Data de recebimento	Fase	Situação
2013		do Rio Reconquista			unidade pertinente do BID
	MICI-AR-2013-066	***Argentina.*** Programa de Gestão de Resíduos Sólidos em Municípios Turísticos	Agosto de 2013	Não processado	Não houve contato prévio com o BID, pelo que se recomendou ao solicitante que se dirigisse à Administração
	MICI-EC-2013-067	***Equador.*** Modernização Sistema Nacional de Registro Civil, Identificação e Cedulação	Agosto de 2013	Não processado	Solicitação de informação transferida ao Centro de Informação Pública
	MICI-BR-2013-068	***Brasil.*** Programa de Mobilidade Sustentável em Blumenau	Agosto de 2013	Em processo	Aberto
	MICI-SU-2013-069	***Surinam.*** Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Interior	Outubro de 2013	Consulta	Encerrado
	MICI-AR-2013-070	***Argentina.*** Programa de Gestão Urbano Ambiental Sustentável da Bacia do Rio Reconquista-Província de Buenos Aires	Outubro de 2013	Consulta	Encerrado
	MICI-CO-2013-071	***Colômbia.*** Distrito de Barranquilla – Melhoria Integral de Barrios	Novembro de 2013	Não processado	Solicitação de informação
	MICI-TT-2013-072	***Trinidad e Tobago.*** Licitação de Sistemas EDMS	Novembro de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-ME-2013-073	***México.*** Etileno XXI	Novembro de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade

	Número de Registro da Solicitação	Nome	Data de recebimento	Fase	Situação
					pertinente do BID
	MICI-GY-2013-074	***Guiana.*** Gestão de Dejetos Sólidos Georgetown	Dezembro de 2013	Não processado	Não compete ao mandato do MICI; transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-GU-2013-075	***Guatemala.*** Desenvolvimento Econômico desde o Rural	Dezembro de 2013	Não processado	O Solicitante pediu que o processo fosse suspenso, uma vez que está em conversações com a Administração
	MICI-BR-2013-076	***Brasil.*** Drenagem, Saneamento e Vias: Belém	Dezembro de 2013	Em processo	Aberto